



A PELO FUTURO, CONTRA VIDAS VAZIAS

Manuel Carvalho da Silva
Secretário-Geral da CGTP-IN

Pois é, com trabalho instável, inseguro, mal pago, é mesmo uma vida assim, uma vida que parece perdida! Perdida, porque limitadora do usufruto do tempo que vai passando e dos projectos que a concretizam.

Estar precário, transforma-se numa coisa que corre nas veias, que traz angústias, que quantas vezes desanima os jovens deste país e lhes nega o direito de partilharem o futuro.

É uma extraordinária “invenção” esta de, em nome da modernidade, se pôr o pessoal a viver como se estivesse no século XIX, num volta atrás que choca com os avanços da sociedade em vários campos e até com os estilos de vida que o sistema nos apresenta, porque mantém os shoppings luminosos, as partys alucinantes, as publicidades pressionantes para comprar mais e mais e de tudo, e o MP3, mais o iPhone, ou o novo da Nokia, mais a publicidade do sector financeiro a tentar pendurar os jovens em dívidas, forma quase directa de nem sequer chegarem a perceber o significado do salário.

Começa a ser um mistério como é que, sem grandes convulsões sociais, os jovens vão andando no desenrascado, cravando os “velhos” para aguentar a vida, mas acumulando incertezas e sobressaltos. Às vezes, enfrentando as ressacas, percebem e assumem que o futuro não pode ser isto, que é preciso dizer não e construir caminhos novos.

A precariedade é um denominador comum das políticas neoliberais impostas desde os anos 70 no sector privado e, vergonhosamente, também no público, em nome das exigências do mercado, de conceitos de competitividade e de produtividade manipulados, para servirem o enriquecimento acelerado e desmedido de alguns. A precariedade laboral com que nos deparamos, no fundamental, não tem origem nas mudanças estruturais, organizacionais ou tecnológicas: ela está tomada pelos patrões e seus governos, como instrumento de gestão para mais intensamente explorarem os trabalhadores.

Criou-se, neste período, um quadro laboral caracterizado por: contratos a prazo; falsos recibos verdes; trabalho permanente exercido por trabalhadores a prazo, sob diversas formas de vínculo laboral; “incentivo” à economia paralela e generalização da violação das leis; baixa de salários por força de uma falsa competição, e do desemprego imposto através de uma espécie de vasos comunicantes entre os mercados de trabalho locais, nacionais e globais; incremento das empresas de trabalho temporário; falta de motivação para o trabalho, porque este é material e socialmente desvalorizado para o trabalhador.

De tal maneira constituiu argumento e opção política imposta, que a sociedade quase considera normal e inevitável esse rol de inseguranças e instabilidades que formatam e sustentam a precariedade. E quanto, mais convencem as pessoas de que mais vale um emprego precário e muito mal pago, do que nada fazerem, mais fácil se torna generalizar a precariedade. É uma geração inteira – a dos 500 € – a quem querem negar perspectivas para assim a submeterem.

Em Portugal, se juntarmos o impacto da dimensão do desemprego, das alterações ao código do trabalho, das perseguições à actividade sindical às fracas expectativas que a grande maioria dos trabalhadores tem em relação ao seu futuro, como decorrências da matriz de desenvolvimento que tem sido seguida, aos jovens não resta caminho senão o de puxarem pelo imaginário nacional, fazerem o “manguito” popularizado por Bordalo

Pinheiro e organizarem-se nos sindicatos e noutros movimentos sociais, políticos e culturais, para agirem contra este estado das coisas.

Estamos, todos os trabalhadores e a generalidade da sociedade portuguesa, a chegar a um grave bloqueio. Há muito que a precariedade laboral deixou de ser um mero problema laboral. As precariedades no trabalho estão associadas a outras precariedades, incertezas e inseguranças. Elas são, assim, um problema sócio-laboral, sócio-económico, sócio-político a necessitar da mobilização geral.

Tal como muitos dos seus pais e avós tiveram que fazer, também os jovens terão de encontrar saídas e construir formas de readquirir as condições para trabalharem no seu país e em prol do seu país.

É preciso ser activo. Reivindicar e participar na mudança necessária. Combater pelos sonhos, pela justiça e solidariedade, pela vida vivida, pelo trabalho com direitos e com dignidade. Intervir, organizadamente. Sindicalizar-se. Participar por dentro. Comprometer-se. Assumir responsabilidades. Lutar com outros. Pressionar para que as suas reivindicações, as suas pretensões, a sua forma de sentir, de estar, de pensar e de agir, encontrem eco nas organizações dos trabalhadores e se integre cada vez mais nas suas prioridades, provocando mudanças na sociedade.

Será decisivo que os jovens encarem os sindicatos e os assumam como espaços e instrumentos de acção para a mudança. Foi neles e com eles que os trabalhadores conquistaram direitos no trabalho, consagraram direitos colectivos fundamentais, desde logo, o direito do trabalho e os contratos colectivos que constituíram e constituem umas das principais conquistas laborais da história desde o início da sociedade industrial. E foi pelos direitos no trabalho que se impulsionaram os direitos de cidadania.

Há que participar também activamente nos movimentos que lhes estão mais próximos, seja por causas específicas de identidade (inerentes à condição de precários ou outras), seja por conteúdos do foro reivindicativo mais geral. Mas os movimentos alternativos anti-precariedade não chegam para mudar as coisas, mesmo quando objectivamente agem e emocionalmente acarinhos os seus membros. Eles não têm participação institucional, nem sócio-laboral, em lugares de negociação política; por isso, necessitam de ligar-se com outros, relacionar-se com os sindicatos, reforçar as suas acções, aumentando mutuamente os seus poderes. Actuando de forma articulada garantirão mais êxito.

Há uma coisa que nos surge clara: é preciso agir e reagir, incomodar e actuar, sonhar e lutar pelos sonhos. É preciso assumir o compromisso de estar por dentro das coisas e das organizações e de sermos, cada um de nós, o principal agente para mudar o seu presente.

É possível e necessário criar milhares e milhares de novos empregos, desde que, fazendo-se uma utilização mais justa da riqueza existente, se desenvolvam políticas de emprego novas, sustentadas na produção material de bens e serviços úteis ao desenvolvimento da sociedade.

É possível e indispensável um combate sério à precariedade que a reduza profundamente: (i) criando uma relação sólida entre a existência de um posto de trabalho e a duração do vínculo de trabalho do trabalhador que o ocupa; (ii) garantindo e fazendo funcionar normas de regulação e regulamentação do trabalho em que o trabalhador (colectivamente representado) esteja em pé de igualdade com o patrão no estabelecimento da relação de trabalho; (iii) determinando que as exigências de formação e de qualificações (escolares e profissionais) para cada posto de trabalho, seja feita a partir da análise desse posto de trabalho e não em função dos(as) trabalhadores(as) disponíveis no mercado de trabalho, única forma de evitar discriminações relativas à idade, ao sexo, à origem étnica ou racial, à origem do país; (iv) existindo um quadro legal estruturado para todos e efectividade das leis.

O combate à precariedade é uma das grandes prioridades na sociedade actual e vale a pena lutar por ela.



MANIFESTO

Marcha Global da Marijuana Portugal

(Manifesto conjunto da MGM Lisboa e MGM Porto)

O facto de a canábis ser considerada uma substância ilegal tem consequências sociais e sanitárias bem maiores do que se fosse um produto permitido, nomeadamente:

- A crescente probabilidade de adulteração dos produtos, muitas vezes com substâncias mais perigosas (especialmente quando fumadas) do que a canábis, com o perigo que isso implica para a saúde pública, dado o elevado número de consumidores.

- O fomento do tráfico, que alimenta uma economia paralela dinamizada por máfias, em que os grandes lucros ficam na mão de uns quantos, quando seria justo para os contribuintes e para o Estado poder beneficiar dos impostos que recairiam sobre essas actividades (muito lucrativas) se fossem regulamentadas.

- A limitação do uso terapêutico de uma substância que tem claros benefícios no tratamento de algumas doenças; e os impeditivos legais que a proibição supõe para o desenvolvimento de uma investigação rigorosa centrada nesta planta, devido à grande quantidade de licenças que são necessárias e ao perfil político e não-científico das entidades que podem autorizar tais investigações.

- A criminalização e penalização dos consumidores, só porque têm um determinado comportamento que não afecta outrem e que, mesmo a nível individual, não traz mais problemas potenciais que o consumo de álcool, tabaco ou outras substâncias legais e com as quais o Estado lucra bastante, apesar dos riscos assumidos.

- A inexistência de prevenção e de educação para a utilização de canábis.

Em Portugal o consumo da canábis foi descriminalizado em 2001. No entanto, a perseguição policial aos consumidores mantém-se e o risco de se ser tomado por traficante é demasiado grande, uma vez que a quantidade pela qual se pode ser acusado de tráfico é mínima. A saber: a lei portuguesa prevê que qualquer pessoa possa ter em sua posse, sem consequências jurídicas, óleo, resina ou “folhas e sumidades floridas ou frutificadas da planta” de canábis que “não poderão exceder a quantidade necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias” (Lei 30/2000 – “Descriminalização do Consumo de Drogas”).

De salientar que esta lei explicita que é “sem consequências jurídicas”, o que significa aquele que tenha até àquela quantidade não será considerado um criminoso, mas poderá ser penalizado com uma contra-ordenação (multa) e poderá ter de se submeter a tratamento psicológico se o juiz de turno assim o entender.

E assim, oito anos depois da descriminalização, ainda há consumidores de canábis que são presos ou que são postos numa situação delicada face à justiça, vendo-se obrigados a provar que não são traficantes quando, muitas vezes, não há provas de que o são.

Além disso, não faz qualquer sentido estipular a quantidade permitida como a “necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias”, limite muito pouco claro, tendo em conta que nem toda a gente consome a mesma quantidade e que a maior parte dos consumidores preferem comprar mais de cada vez para não ter de estar sempre a recorrer aos “dealers”, com os riscos que isso supõe não só em termos de segurança, mas pela possibilidade de ser induzido a comprar drogas verdadeiramente perniciosas.

E resta destacar que, sendo permitido o consumo, como esperam as autoridades que o consumidor se abasteça sem estimular o tráfico, tendo em conta que tanto a venda como o cultivo de marijuana são ilegais? A proibição de cultivar esta planta obriga os consumidores a alimentar actividades criminosas. Assim, entendemos que o direito ao consumo deve contemplar a possibilidade de cada um cultivar as suas próprias plantas, podendo, desta forma, garantir a qualidade do produto que consome, o que não acontece quando se vê obrigado a recorrer ao mercado clandestino. Alterar a situação legal da canábica é corrigir um erro histórico que tem trazido mais consequências negativas para os consumidores e para a sociedade em geral do que o consumo. Décadas após é clara, a desadequação da lei é cada vez mais evidentes tendo em conta os benefícios múltiplos que esta planta tem.

O presidente do Observatório Europeu da Droga e Toxicodpendência (OEDT), Marcel Reimen, afirma que “é essencial compreender de que modo e por que razão os consumidores de canábica podem desenvolver problemas, a fim de planear as respostas e avaliar o impacto que a droga ilegal mais consumida na Europa poderá ter para a saúde”. Perante isto, perguntamos: como é possível desenvolver respostas se não sabemos qual a composição dos produtos consumidos?!

No mercado português, a grande maioria do haxixe vendido tem diferentes e variáveis substâncias usadas para o cortar e fazer render mais. Para estudar a resposta ao impacto na saúde que tem essas substâncias têm, é necessário saber o que são e qual o seu impacto no organismo. Só a legalização pode garantir a qualidade do produto e assim desenvolver respostas em termos de saúde e só assim haverá a informação necessária para que exista um consumo consciente e responsável.

Todos os esforços feitos até agora para acabar com o tráfico e o consumo desta substância têm sido em vão e todo o dinheiro gasto tem sido um absoluto desperdício, visto que, de acordo com todos os relatórios oficiais da ONU e da União Europeia, cada vez há mais pessoas a lucrar com este negócio clandestino e cada vez há mais consumidores.

Em 2008 chega ao fim o prazo de 10 anos estipulado pelas Nações Unidas com a sua Estratégia para acabar com o tráfico de drogas no mundo (<http://www.un.org/ga/20special/poldecla.htm>). Segue-se um ano de reflexão em que se vai analisar qual o impacto do acordo assumido pelas Nações Unidas e se, realmente, os objectivos de reduzir significativamente a procura e oferta de drogas foram atingidos.

De acordo com todos os relatórios oficiais, esta estratégia e as sucessivas políticas de combate às drogas falharam rotundamente, apesar dos milhões gastos com este tipo de iniciativas.

Por isto, como cidadãos, exigimos: mudem de estratégia!

Somos mesmo muitos

Segundo o relatório de OEDT de 2007, quase um quarto da população entre os 16 e os 64 anos de idade – cerca de 70 milhões de pessoas –, consome ou já consumiu canábica em algum momento das suas vidas. É um facto: a canábica existe e os seus consumidores também, toda a gente o sabe. Como já ficou provado, não é proibindo que vai deixar de se consumir.

Um apelo a ti

Embora a Canábica não seja inofensiva, os riscos do seu consumo são mínimos, principalmente quando comparada com outras substâncias largamente consumidas e aceites pela lei e pela sociedade. A proibição NÃO é do interesse público: põe em risco a saúde dos cidadãos, fomentando o mercado negro e a adulteração dos produtos e impedindo o Estado de arrecadar milhões de euros em impostos. A experiência mostra-nos que o uso de Canábica não é uma grave ameaça nem aos consumidores, nem à sociedade. Cabe por isso ao Estado o dever de provar o contrário se pretende continuar a limitar a liberdade individual e a penalizar os con-



sumidores. Apelamos a toda a sociedade civil que se junte ao nosso protesto pela legalização da Canábis e o do seu cultivo para consumo pessoal ou para fins industriais ou com vista à investigação para fins medicinais.

Os nossos objectivos

- A legalização e regulamentação da canábis para todas as suas utilizações.
- A descriminalização total do consumo de Canábis por adultos, regulamentando modos de obtenção como o cultivo para consumo próprio ou a compra em estabelecimentos ou outros organismos autorizados e regulados.
- Encorajar o estudo e a pesquisa, públicos ou privados, das muitas utilizações benéficas da planta Cannabis Sativa para o seu uso industrial, social, recreativo e medicinal.

As nossas propostas

- Remoção da canábis e de todos os produtos derivados da planta das listas de substâncias controladas, anexas à lei 15/93 e das respectivas adições a estas listas.
- Desburocratizar e dar prioridade ao cultivo e à indústria de canábis para a produção de energia renovável (biomassa; biodiesel; etanol) e para a produção de fibra e pasta de papel. Desde que esta produção seja feita de forma sustentável e com respeito pelas populações.
- Permitir que médicos e outros profissionais de saúde tenham a possibilidade de recomendar o uso de canábis no tratamento terapêutico, sintomatológico ou para a melhoria da qualidade de vida, nomeadamente, a doentes de SIDA, cancro, em tratamento de quimioterapia, esclerose múltipla, glaucoma ou doença de Chron, entre outros que com o seu uso possam ter melhorias de saúde e qualidade de vida.
- Despenalização da posse, consumo e cultivo de canábis e de todos os produtos derivados desta planta.
- Criação de regulamentação para o fornecimento, comércio e compra legal de canábis por adultos.
- Criação de regulamentação para estabelecimentos públicos onde o consumo de canábis por adultos seja permitido.

Projecto FERVE Precariedade, sindicalismo e acção colectiva

Elísio Estanque

Sociólogo - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Perante os actuais problemas com que se vem debatendo o mundo do trabalho e o sindicalismo, é importante reflectir sobre as formas (velhas e novas) de denuncia e de acção colectiva, e tentar compreender qual poderá ser o papel dos novos meios de comunicação informáticos nesse processo. Muito embora as correntes e sensibilidades internas ao sindicalismo sempre tenham sido múltiplas, convém não esquecer que foi sobretudo o “sindicalismo de movimento” que mais contribuiu para as grandes transformações ocorridas nas sociedades industriais modernas (Dibben, 2004).

E por detrás dessas movimentações ou dessa grande narrativa “de classe” sempre pontificou o papel das identidades. Na Inglaterra do século XIX e noutros contextos mais recentes – por exemplo o 25 de Abril de 1974, mas também outras ondas de protesto dos sectores mais jovens e dos trabalhadores precários, inclusive os FERVE –, a mobilização popular não se deveu apenas a motivações políticas e económicas, mas também a factores culturais e identitários. E estes são sempre construídos a partir de estímulos discursivos dirigidos ao imaginário colectivo, em nome da “boa” comunidade, solidária e justa (seja ela o “povo”, a “classe operária”, o “socialismo” ou “o trabalho digno”), apelando a identificações estruturadas contra um adversário (ou inimigo de classe) conotado com agressões à dignidade, aos direitos humanos e sociais, à justiça social, etc. (Thompson, 1987; Savage, 2004).

Se é verdade que a identidade precede os interesses, como defenderam alguns autores (Tilly, 1978; Morris, 1996), importa considerar o papel da participação, da solidariedade e até do prazer colectivamente partilhado como elementos de reconstrução comunitária, quer este seja virado para um passado nostálgico e em nome das “raízes”, quer para um futuro promissor e “emancipatório” ou, o que é mesmo, subjectivamente vivido enquanto tal. Ainda que hoje existam novas modalidades de construção ficcionada da identidade colectiva – por exemplo, as chamadas cyber-identidades – a lógica e a dinâmica social que subjaz a tais processos contém os mesmo ingredientes.

Muitas revoluções e protestos sociais ao longo da história começaram por movimentos de carácter disperso e espontâneo baseados nesse tipo de elementos (Skocpol, 1985). Porém, à medida que os movimentos se vão expandindo e ganhando força, à medida que se afirmam as suas lideranças, se estruturam as suas bases organizativas e orientações ideológicas, tende do mesmo passo a reforçar-se a componente formal e, por isso, as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais caminham geralmente de par com o apagamento das suas lutas.

Ora, no caso dos sindicatos – em especial o velho sindicalismo operário – sabemos bem que diversas transformações sociais ao longo da segunda metade do século XX contribuíram para a sua crescente institucionalização, burocratização e fragilização. Num período mais recente, é sobretudo o aumento crescente de formas contratuais de emprego e de condições de trabalho particularmente precárias que vêm acentuando a dependência e a fragilidade dos sindicatos e dos trabalhadores, em especial os segmentos mais jovens e menos qualificados (Beck, 2000; Paugam, 2000). Mas os problemas por que vêm passando os sindicatos nas últimas três ou quatro décadas devem-se também a responsabilidades que lhes são próprias. A questão da



democracia interna, a resistência à renovação das lideranças e as dificuldades de manterem uma permanente ligação às bases – nomeadamente aos sectores mais frágeis, como os jovens, as mulheres, os imigrantes, e mesmo os desempregados ou em regimes de trabalho com os falsos recibos verdes – constituem alguns dos obstáculos que se colocaram à revitalização do sindicalismo.

Nós últimos anos, com o triunfo do neoliberalismo, os sindicatos tornaram-se ostensivamente alvo de sucessivos ataques por parte do poder económico e político (inclusive mesmo os governos socialistas e sociais democratas da Europa) e criou-se na esfera pública um estigma anti-sindical. Por isso o sindicalismo se queixou, com razão, de se pretender o regresso aos tempos “satânicos” de Marx. É isso que tem vindo a ser promovido pelo capitalismo de hoje numa escala global, e cujas principais vítimas se localizam no hemisfério Sul e no continente asiático. As pressões do mercado e da economia global deixaram aos sindicatos uma estreita margem de manobra.

No entanto, importa referir, por outro lado, que o esforço de actualização por parte das estruturas sindicais tem sido diminuto e insuficiente para responder aos problemas da do mundo laboral. Nas últimas décadas, enquanto a economia e os mercados deixaram de estar confinados a fronteiras, o movimento sindical revelou grandes dificuldades em agir para lá do âmbito nacional (e muitas vezes sectorial). A globalização revelou-se contraditória e gerou efeitos paradoxais, justapondo lógicas globais e locais. Expressão dessas contradições foi a recente onda de movimentos sociais que se reclamam de “alter-globalização”. Os repetidos protestos desencadeados desde a cimeira da OMC em Seattle, em 1999, que culminaram com os encontros do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e noutras cidades, os protestos da juventude francesa em 2005, da Grécia em 2008, ou mesmo as acções do movimento MayDay e dos FERVE, em Portugal, revelaram alguns aspectos inovadores e as potencialidades que podem retirar-se das novas redes do ciberactivismo.

Apesar do sindicalismo apenas timidamente se ter envolvido nessas iniciativas, o actual contexto apresenta um conjunto de novos desafios para o movimento sindical e outros movimentos sociais. Diversos autores e académicos têm formulado a necessidade de se criarem novas alianças e dinâmicas internacionalistas, como condição para revitalizar o sindicalismo perante as preocupantes desigualdades e injustiças que se acentuam em todos os continentes, alegando que a globalização do capital exige respostas igualmente globalizadas por parte das suas vítimas, isto é, os sectores mais dependentes e precários que os grupos económicos a nova classe capitalista transnacional e os seus ideólogos considerado na última década os “detritos” da (boa) globalização ou da “nova economia” (Sklair, 2001; Waterman, 2002; Estanque, 2007).

Porém, muito dificilmente o velho movimento sindical conseguirá de facto acompanhar as novas tendências de contestação dinamizadas por tais movimentos. As actuais redes de activismo transnacional só poderão fortalecer-se com um sindicalismo de novo tipo – um sindicalismo de movimento social global – orientado para a intervenção cidadã, que se estenda para além da esfera laboral; que passe das solidariedades nacionais para as transnacionais, de dentro para fora, dos países avançados para os países pobres; que não abdique da defesa dos valores democráticos, mas em que estes se alarguem à democracia participativa (nas empresas, escolas, cidades, comunidades, etc); que coloque as questões ambientais e a defesa dos consumidores, dos saberes e tradições culturais locais no centro das suas lutas e negociações; que resista ao capitalismo destrutivo através de um maior controlo sobre o processo produtivo, os investimentos, a inovação tecnológica e as políticas de formação e qualificação profissional; que pense os problemas laborais no quadro mais vasto da sociedade, da cultura ao consumo, do trabalho ao lazer, da empresa à família, do local ao global; que recoloque o trabalho – com todas as suas metamorfoses – no centro de um novo “contrato social” ou no ponto de partida para novas acções emancipatórias (Estanque, 2004; Antunes, 2006).

Na verdade, esse é o tipo de sindicalismo que ainda não temos. Ele pressupõe uma estratégia ambiciosa que rompa com a prática de acomodação ao funcionamento burocrático em que o velho modelo sindical se deixou enredar e do qual nunca sairá se as forças da ortodoxia conseguirem os seus intentos. Tal combate

exigiria uma reflexão mais profunda e séria que, por exemplo, no caso português, questionasse abertamente a hegemonia do PCP no sindicalismo da CGTP, ou, por outras palavras, uma atitude auto-crítica da parte das actuais lideranças e quadros sindicais. Já existem poucas dúvidas quanto à questão de saber se os dirigentes formados no velho modelo nacional-industrial – sobretudo aqueles que devem mais obediência ao comité central de um partido do que aos trabalhadores que representam –, poderão vir a responder positivamente a estes desafios ou se deixarão definhar um sindicalismo já em acelerado processo de descredibilização.

O recurso aos meios informáticos, que os novos movimentos “alter-globalização” têm sabido utilizar desde Seattle, a extraordinária capacidade que a Internet e o ciberespaço disponibilizam para aceder, acumular e divulgar a informação em fracções de segundo, mostra como o activismo “virtual-real” poderia ser uma poderosa arma ao serviço do movimento sindical, quer para estimular a sua abertura à sociedade, quer para chegar aos segmentos mais precários, quer ainda para promover a democracia e renovação interna (Ribeiro, 2000; Waterman, 2002).

Num momento em que a crise económica, o desemprego e a precariedade ganham contornos particularmente dramáticos, permanece a enorme dúvida quanto aos caminhos de saída desta crise. Se o capitalismo financeiro e a globalização neoliberal que a provocaram estão apenas à espreita de uma nova oportunidade, e se as instituições da UE (Parlamento e Comissão Europeia) estão cada vez mais prisioneiras das próprias tramas em que se deixaram enredar, talvez seja chegada a hora de uma outra vaga de solidariedade, um movimento sindical de novo tipo, numa nova união com os movimentos sociais de todos os tipos, chamar a si as vozes dos novos proletários – excluídos e precarizados do século XXI – e promover um outro movimento semelhante ao que no século XIX inglês conseguiu travar o capitalismo selvagem e desumano daquela época. Os motivos da rebelião existem de sobra, resta saber quais os novos sujeitos que irão protagonizá-la.

Referências

- Antunes, Ricardo (2006) (Org.), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boi Tempo.
- Beck, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Dibben, Pauline (2004) “Social movement unionism”, in Harcourt, Mark & Geoffrey Wood (eds.), *Trade Unions and Democracy*. Manchester: Manchester University Press, p. 280-392.
- Estanque, Elísio (2004), “A Reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global”, in Boaventura S. Santos (org.), *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, pp. 297-334.
- Estanque, Elísio (2007), “A questão social e a democracia no início do século XXI”, *Finisterra – Revista de Reflexão Crítica*, vol. 55/56/57, Lisboa, p. 77-99.
- Morris, Paul (1996), “Community Beyond Tradition”, in Paul Heelas et al. (eds.), *Detraditionalization*. Oxford: Blackwell, 223-249.
- Paugam, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité*. Paris: PUF.
- Ribeiro, Gustavo Lins (2000) “Política Cibercultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual”, in S. Alvarez, E. Dagnino e A. Escobar, *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 465-502.
- Savage, Mike (2004), “Classe e história do trabalho”, in Batalha, Claudio, et al., *Culturas de Classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, pp. 25-48.
- Sklair, Leslie (2001), *The Transnational Capitalist Class*. Oxford/ Malden, MA: Blackwell.
- Skocpol, Theda (1985), *Estados e Revoluções Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Thompson, E. P. (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*. Addison/Mass: Wesley Publishing Company.
- Waterman, Peter (2002), “O internacionalismo sindical na era de Seattle”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62. Coimbra; CES, p. 33-68.



Defeso estudantil

Elmano Madaíl, *Jornal de Notícias*, 2009-05-10

Condições para revolta estudantil estão reunidas, mas falta liderança credível e capacidade de organização nacional para vencer o receio paralisante do futuro que tolhe os estudantes mais afoitos.

Os analistas já tinham reparado nessa conformação académica que acometeu as universidades nacionais, quiçá demasiado recatada face à agitação verificada por outros países da Europa meridional, como a Grécia, Espanha, França ou Itália. Para Elísio Estanque, autor de vários estudos sobre a comunidade estudantil universitária, co-autor da obra *O Movimento Estudantil em Portugal: dos anos 60 à actualidade*, “a apatia relativamente à participação no movimento associativo é um facto comprovado nos vários inquéritos feitos aos estudantes universitários em Coimbra. Neles, ficou patente uma escassa participação na estrutura associativa principal - a Associação Académica (AAC) -, e mesmo ao nível de cursos”, assinala. De acordo com aquele investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), “há uma certa atitude de desconfiança e indiferença relativamente à AAC - com níveis de abstenção nas eleições a rondarem os 70% -, ao próprio dever da esfera pública e da realidade política e, até, da sua participação cívica noutros tipos de associações”.

A Miguel Cardina, investigador na mesma instituição, parece também que “existe uma evidente falta de capacidade reivindicativa por parte dos movimentos estudantis na actualidade. Não obstante terem surgido, aqui ou ali, tentativas de mobilização e contestação - a última foi a ocupação da Faculdade de Belas Artes, no Porto - o grosso dos estudantes tem-se mantido alheio a isso”, afirma o autor de *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismo*.

Ora, se é verdade que os observadores são unânimes na verificação do estupor académico, já cogitam diversamente sobre as razões que presidem à ausência de mobilização capaz de tornar visível a insatisfação estudantil..

Na óptica de Ana Drago, actual deputada do Bloco de Esquerda que se licenciou em Sociologia Política com a tese *Agitar antes de ousar: o movimento estudantil anti-propinas*, embora hoje exista “muita revolta nas universidades”, o imbróglio é que os estudantes “têm tido alguns problemas em organizar protestos. Ou seja, o mau estar não se traduz de forma automática em modelos de contestação”, afirma.

No intuito de explicar a falta de capacidade organizativa, Cardina destaca, de entre várias causas “exógenas e endógenas”, a existência de “uma pressão muito maior para que os estudantes concluam rapidamente os cursos, concentrando-se nos currículos formais e investindo menos naquilo que anteriormente era considerada por muitos como a “verdadeira” universidade: a dimensão cívica e relacional que se adquiria no exterior das Faculdades”. Noutros tempos, quando as instituições, e o país inteiro, eram muito diferentes e onde, curiosamente, os estudantes actuais vão beber em larga medida as suas pretensões contestatárias actuais, como se fossem os fiéis depositários das gloriosas lutas de antanho.

Só que, mudados os tempos, modificaram-se também as vontades e o perfil da academia, conforme realça Elísio Estanque: “A composição do tecido estudantil nas universidades alterou-se nas últimas décadas em quantidade e qualidade”. A quantidade de alunos cresceu exponencialmente, segundo Maria Eduarda Gonçalves, do ISCTE, que contabilizou um crescimento da população estudantil de quase 800% entre 1974 e 2006, gerando “óbvios reflexos qualitativos. As origens sociais dos estudantes passam a ser predominantemente da classe média (trabalhadores dos serviços, funcionários públicos, pequenos empresários, operários), numa lógica de massificação e conseqüente redução do elitismo”, diz Estanque.

O investigador do CES anota ainda “a origem geográfica dos estudantes que, no caso de Coimbra, é muito distinta daquela que ocorria quando era das poucas universidades do país; nos últimos 20 anos regionalizou-se muito, e cerca de 70% dos seus alunos passou a ser originário da Região Centro e, desses, parte significativa do distrito de Coimbra, pelo que os alunos têm uma proximidade geográfica à instituição muito maior”.

Sendo produto do seu contexto, os universitários tendem a reflectir de forma aguda o espírito dos tempos, como alega Estanque. E esse, dominado pelo paradigma individualista, não é favorável à congregação de esforços: “Nos anos 80, desenvolveu-se uma cultura centrada no individualismo e no consumo, que funcionou como uma espécie de saturação, de refluxo do ciclo anterior, dos anos de 1970. E em Coimbra observou-se, por exemplo, o empenho na recuperação das tradições académicas a par de um desinteresse pelo associativismo”. Porque também ele, afinal, estava já contaminado pelos actores sociais que, da hagiografia abrilista, passaram ao bestiário da democracia.

A radicalização política e a filiação ideológica vincada de outrora - as músicas que embalam a resistência ao Estado Novo, por exemplo, foram dedilhadas primeiro em Coimbra, nomeadamente por Zeca Afonso - também foram desvanecendo, a par do descrédito da classe política aos olhos juvenis. O que trouxe repercussões. “Os estudantes começaram a olhar para aqueles que estavam no movimento associativo académico com desconfiança, encarando-os como oportunistas que pretendiam apenas retirar dividendos do seu desempenho associativo”.

Ou, como traduz Cardina, as associações académicas começaram a exhibir certa tendência para “servir mais como canais de aproximação dos seus dirigentes às esferas do poder do que como lugares de questionamento e discussão das políticas educativas e das próprias dinâmicas mais vastas da sociedade”.

Assim, não será por acaso que “o corte radical das associações académicas com os vínculos às organizações partidárias que as tinham colonizado”, segundo Ana Drago, tenha coincidido com o momento mais viril da academia, plasmado na contestação às propinas, nos anos de 1990 - sobejamente evocado ainda hoje, de resto, pelos actuais estudantes. A libertação da tutela partidária acabou por resultar, paradoxalmente, na politização dos manifestantes, porque então “os estudantes sentem-se representados de facto, e surgem movimentos independentes candidatos à liderança associativa”, resume Drago. Parece, no entanto, ter esmorecido de lá para cá. Porquê?

Porque se vivem dias difíceis que exigem pragmatismo. “Desde há muito que as saídas profissionais são uma das preocupações dos estudantes; com esta remodelação de Bolonha, não houve capacidade para resistir a esse modelo porque ele vinha envolvido num discurso institucional promentendo aproximar as universidades do mundo empresarial, pelo que foi visto como positivo pelos estudantes. Acontece que isso coincidiu com o aumento da precaridade e dificuldade em entrar no mercado de trabalho por parte dos universitários, o que foi dissuasor de grandes manifestações”, diz Elísio Estanque.

O que não significa, no entanto, que não venham a acontecer. Drago, Cardina e Estanque conjecturam que tal possibilidade se materialize em função do endurecimento das condições de vida e do pessimismo que elas geram entre a massa estudantil. “O contexto de hoje é muito propício”, afirma a deputada do Bloco de Esquerda. “Todos os elementos sociais estão reunidos para isso, mas falta a organização da reivindicação política de dimensão nacional. É isso que está a falhar, mas creio que já se notam sinais de que está a começar a acontecer”, declara, eventualmente remetendo-se às últimas manifestações coordenadas, datadas de 2006.

Aos cépticos, que julgam que os universitários contemporâneos são desprovidos de consciência cívica capaz de os mobilizar para manifestações que sejam meios - e não fins em si mesmas, como se fossem queimas das fitas alternativas, de um dia só -, de obter a satisfação das suas reivindicações, Cardina recorda que “os jovens que contestaram as propinas nos anos 1990 também foram catalogados como ‘geração rasca’, e o facto é que protagonizaram um momento importante de contestação social que contribuiu decisivamente



para a erosão do cavaquismo”.

Por isso, realça, “nada nos garante que o que aconteceu em França em 2005 ou na Grécia, mais recentemente, não possa também acontecer em Portugal. Não da mesma forma, certamente, mas é preciso não esquecer que, em virtude do processo de Bolonha, os problemas que estudantes, professores e universidades sentem são muito semelhantes em toda a Europa. E há um caldo de insatisfação social que pode funcionar como fermento de novos protestos de natureza juvenil e estudantil”, alerta. Não obstante as probabilidades de ocorrerem sejam escassas, “tal é o grau de apatia dos movimentos estudantis nacionais”, Cardina salienta que “a História está cheia de exemplos de gotas de água que fazem transbordar copos aparentemente estáveis”. Copos esses que, por enquanto e até que se extinga a última faúlha das queimas, andam mais cheios de cerveja e vinho do que tentações reivindicativas.

A CRISE CAPITALISTA: APENAS UM INÍCIO

Daniel Bensaïd

O capitalismo? “É compreensível que as pessoas não acreditem mais nele”, confessa Tony Blair em pessoa (1). Quando se deixa de acreditar no inacreditável, uma crise de legitimidade, ideológica e moral soma-se à crise social, e acaba por estremecer a ordem política. A crise atual não é uma crise a mais, equiparável à dos mercados asiáticos ou à da bolha da Internet.

Uma crise de fé

Trata-se, na realidade, de uma crise histórica - económica, social, ecológica - da lei do valor, uma crise de medição e de excesso. A medição de tudo através do tempo de trabalho abstrato passou a ser - como anunciava Marx nos Manuscritos de 1857 - uma forma “miserável” de medir as relações sociais. “As crises económica e planetária têm um ponto em comum”, constata Nicholas Stern, autor em 2008 de um relatório sobre a economia das mudanças climáticas. “Ambas são consequência de um sistema que não considera os riscos que seu funcionamento gera, que não leva em conta o fato de que pode conduzir a uma destruição superior ao benefício imediato que procura, e que subestima a interdependência entre os atores” (2). A lógica da corrida atrás do lucro, pelo “benefício imediato” é, com efeito, uma lógica a curto prazo, E a “concorrência não falsificada”, por sua parte, é cega à “interdependência” sistemática.

Um novo Bretton Woods? Um sistema de governo mundial? O problema é que a União Europeia nem sequer tem sido capaz de criar uma agência de controle dos mercados financeiros em escala continental, ou de promover uma definição comum de paraísos fiscais! Desde outubro de 2008, Laurence Parisot tem se encarregado de deixar claro que o estado deve desempenhar seu papel nos socorro das finanças, mas que deve retirar-se, quando os negócios recuperem o seu curso lucrativo. Dito de maneira mais direta: que deve socializar as perdas para logo reprivatizar os lucros. Por trás de ter admitido que o Estado é o único capaz, de forma imediata, de “salvar a economia e os bancos”, Jean-Marie Messier, ressuscitado do purgatório, não se

esquece de explicar que “o guarda-chuva deverá fechar uma vez que a tempestade tenha passado”. O Estado não deveria, assim, ser mais do que “um passageiro na chuva” (3).

O plano de recuperação governamental descarrega o custo sobre os trabalhadores e os contribuintes. Por detrás do congresso de Reims, Martine Aubry pretendia descobrir que “torna-se inoperante atacar os que se utilizaram do sistema, sem atacar o próprio sistema” (4). Contudo, o Partido Socialista contenta-se em oferecer um contra-plano “equilibrado”, de medidas supostamente sociais, mas em nenhum momento radicais, no sentido de que suponham uma nova redistribuição de riquezas em benefício do trabalho. Nada se falou sobre a nacionalização do sistema bancário e a criação de um serviço público para tratar do crédito, nada sobre uma reforma fiscal radical, nada sobre a necessidade de reorientar a construção europeia.

“Atacar o próprio sistema” seria atacar o poder absoluto do mercado, a propriedade dos grandes meios de produção e troca, a concorrência de todos contra todos. Até o liberal Nicolas Baverez define a banca como um “bem público da mundialização”: “pelas suas características, tem a natureza de um bem público” (5). Seria de esperar, na verdade, que dada esta “natureza”, este bem público fosse submetido a gestão pública sob o controle público. Para Baverez, pelo contrário, o Estado deveria assegurar aos bancos uma “imunidade ilimitada” por suas perdas, e assumir os riscos ligados a seus lucros.

Atacar o coração do sistema suporia adotar-se uma blindagem social que proteja os trabalhadores das consequências da crise. Para isso, dever-se-ia romper os grilhões dos critérios de Maastricht e do Pacto da Estabilidade, restabelecer os controles políticos sobre o Banco Central europeu, abolir o Tratado de Lisboa, reorientar de maneira radical a construção europeia, começando pela harmonização social e fiscal, e iniciar um processo constituinte de verdade. No mínimo, exigir a revogação do artigo 56 do Tratado de Lisboa que proíbe qualquer restrição aos movimentos do capital financeiro, assim como da “liberdade de estabelecimento”, reconhecida no artigo 48, uma liberdade que permite ao capital mudar de lugar, para aonde as condições lhe sejam mais favoráveis, e às instituições financeiras encontrar asilo onde lhes agrade.

Uma crise duradoura

Porque se trata de uma crise sistémica que anuncia o fim de um modo de acumulação, as medidas de recuperação conjuntural terão um efeito limitado. Uma saída para a crise que conduza à emergência de uma nova ordem produtiva e de um novo regime de acumulação, não depende somente da economia. Exige uma nova correlação de forças, novas relações geopolíticas, novos dispositivos institucionais e políticos. Se a crise de 1929 foi a da “emergência estadunidense”, que emergência prefigura a crise atual? A chinesa? A de uma organização multipolar de espaços continentais? A de um sistema de governo mundial?

Num tempo em que se invocam a necessidade de uma nova ordem monetária internacional e respostas globais, o próprio Giscard d’Estaing reconhece que “a gestão económica da crise se tornou, na Europa, mais nacional durante a crise do que antes do seu início”, e que “os instrumentos de intervenção são essencialmente nacionais” (6). A crise agudiza, na verdade, as diferenças nacionais e liberta tendências centrífugas. Em nome de uma “correspondência necessária entre os espaços económicos e sociais”, Emmanuel Todd arvora-se em paladino de um “protecionismo europeu” (7) que crie “as condições para a recuperação dos salários” e uma oferta que gere a sua própria procura. A questão não é doutrinária ou de princípios. Proteger? Sim, mas quem, contra quem e como? Se a Europa começasse a adotar critérios sociais de convergência em matéria de emprego, rendimento, proteção social, direito do trabalho e harmonização fiscal, poderia, legitimamente, adotar medidas de proteção, não as dos interesses egoístas dos seus empresários e financistas, mas a dos direitos e conquistas sociais. Poderia fazê-lo de maneira seletiva e pontual, adotando como contrapartida acordos de desenvolvimento solidário com os países do Sul em questões migratórias, de cooperação técnica, de comércio equitativo, sem ceder a um protecionismo de ricos, cujo efeito principal fosse disseminar os estragos da



crise entre os países mais pobres.

Imaginar que uma medida de proteção alfandegária implicaria de forma mecânica uma melhoria nas condições sociais europeias, como se pudesse ser tecnicamente neutra no contexto de uma luta de classes exacerbada pela crise, é uma enorme ingenuidade. Os trabalhadores acabariam afetados pelas barreiras burocráticas e fronteiriças, sem obter as respectivas vantagens sociais. Um protecionismo desta índole não resistiria muito tempo em razão de sua impopularidade, ou não tardaria em derivar para uma “preferência nacional” (ou europeia) de corte chauvinista.

Refundar o capitalismo ou combatê-lo

Todos os governantes, de ontem e de hoje, de direita e de esquerda, acabaram por denunciar a loucura sistêmica dos mercados. Contudo, sua desregulação não tem sido fruto da famosa mão invisível, mas de decisões políticas e de medidas legislativas concretas. Foi a partir de 1985, quando era ministro da Economia o socialista Pierre Bérégovoy, que se concebeu a grande desregulamentação dos mercados financeiros e da bolsa de valores na França. Foi um governo socialista que, em 1989, liberalizou os movimentos do capital, antecipando-se a uma decisão europeia. Foi o governo de Jospin que, ao privatizar mais do que os governos de Balladur e Juppé juntos, assentou as bases para que o capitalismo francês pudesse acolher fundos de investimentos especulativos. Foi um ministro das finanças socialista, Dominique Strauss-Khan, que propôs uma forte “desfiscalização” das célebres stock-options, e foi outro ministro socialista, Laurent Fabius, quem a pôs em prática. Foi um Conselho Europeu com maioria social-democrata, que decidiu em 2002, em Barcelona, liberalizar o mercado de energia e o conjunto de serviços públicos, aumentar em 5 anos a idade de reforma e sustentar os fundos de pensão. Foi a maioria do Partido Socialista que aprovou a sacralização da concorrência gravada no projeto do Tratado constitucional europeu de 2005. Foi seu voto, uma vez mais, que permitiu a adoção do Tratado de Lisboa, confirmando assim a lógica liberal da construção europeia.

Para os salvadores do Titanic capitalista, a tarefa anuncia-se dura. Um novo New Deal? Um retorno ao Estado social? Seria esquecer muito rápido que a desregulação liberal não foi um capricho doutrinário de Thatcher ou de Reagan. Foi a resposta à baixa das taxas de lucros, provocada pelas conquistas sociais do pós-guerra. Depois de 1973, “a incapacidade das políticas keynesianas para recuperar a atividade produtiva deixa o campo aberto a uma surpreendente contra-revolução conservadora”, recorda Robert Boyer (8). Voltar ao ponto de partida seria reencontrar-se com as mesmas contradições. Como comenta ironicamente Jean-Marie Harribey: “regular sem transformar não é regular”.

Por trás da crise de 1929, para redistribuir as cartas da riqueza e do poder e para anunciar uma nova onda expansiva, fez-se necessário nada menos do que uma guerra mundial. A colocação em marcha de um novo modelo de acumulação, e o, eventual, impulso de uma nova grande onda de crescimento, envolverão o surgimento de novas hierarquias planetárias de dominação, uma re-acomodação de nações e continentes, novas condições para a valorização do capital, uma transição da matriz energética. Tal mudança não pode ser resolvida através da amabilidade diplomática, nos tapetes verdes das chancelarias, mas no campo de batalha, através de lutas sociais. A crise, como bem escreveu Marx, supõe “o estabelecimento por força da unidade entre momentos (produção e consumo) impulsionados de forma autónoma”.

Na realidade, não é mais do que um começo

“A crise financeira - insistia Nicolas Sarkozy em seu discurso de Toulon - não é a crise do capitalismo. É a crise de um sistema afastado dos valores fundamentais do capitalismo, dos que - de certo modo - o traíram.

Quero deixar claro aos franceses: o anticapitalismo não oferece nenhuma solução para a crise atual". A mensagem é clara: o inimigo não é o capitalismo, mas o anticapitalismo.

O presidente retornou à questão na sua intervenção no colóquio sobre a refundação do capitalismo, organizado, por sua iniciativa, em 8 de janeiro de 2009, pela Secretaria de Estado: "A crise do capitalismo financeiro não supõe a do capitalismo como tal. Não é um chamamento a sua destruição, o que seria uma catástrofe, mas a sua moralização". Suas palavras receberam um vigoroso respaldo de Michel Rocard: "Devemos começar por aí: nosso propósito é salvar o capitalismo". Estas declarações de guerra social traçam uma linha forte entre dois campos. É preciso eleger: ou discutir com os proprietários como refundar, reinventar, moralizar o capitalismo, ou lutar junto com os explorados e despossuídos para derrotá-lo. Ninguém poderá prever como serão as revoluções futuras. O que temos, unicamente, é um fio condutor. Trata-se de duas lógicas de classe que se enfrentam. A do lucro a qualquer preço, do cálculo egoísta, da propriedade privada, da desigualdade, da concorrência de todos contra todos, e a do serviço público, dos bens comuns da humanidade, da apropriação social, da igualdade e da solidariedade.

Publicado no site da esquerda brasileira *Enlace*

Notas: (1) Le Journal du Dimanche, 14 de dezembro de 2008. (2) Le Monde, 15 de dezembro de 2008. (3) La Tribune, 15 de janeiro de 2009. (4) Journal du Dimanche, 5 de outubro de 2008. (5) Le Monde, 26 de novembro de 2008. (6) Le Monde, 13 de janeiro de 2008. (7) Emmanuel Todd, *Après la démocratie*, Paris, Gallimard, 2008. (8) *Libération*, 29 de dezembro de 2008.

Daniel Bensaïd é professor de filosofia na Universidade de Paris VIII. Fez parte do movimento de 22 de março de 1968 na faculdade de Nanterre, que logo se converteu no famoso Maio francês, talvez a mais importante greve geral operária da segunda metade do século XX na Europa. Foi um dos fundadores das Juventudes Comunistas Revolucionárias e da Liga Comunista Revolucionária. Atualmente é um dos intelectuais de referência do Novo Partido Anticapitalista, recentemente constituído na França.

De bolseiros a estudantes por empréstimo: é possível mudar tudo?

José Soeiro

Todos os anos, há milhares de estudantes do ensino superior que esperam meses pelas suas bolsas. Este ano, há respostas que demoraram seis meses para várias dezenas de milhar de alunos. Há quem ainda esteja, no final de Fevereiro, à espera de resposta. A situação é insustentável e coloca no limiar da sobrevivência demasiada gente. Segundo algumas associações de estudantes, já há desistências dos cursos e algumas pessoas viram-se forçadas a contrair um empréstimo para poderem continuar a estudar. Na verdade, há mais de 11 mil estudantes que estão endividados para poderem manter-se na Faculdade e a dívida acumulada pelos estudantes através dos empréstimos bancários ascende já a 130 milhões de euros. Quando terminarem a



sua formação, e num contexto marcado pelo desemprego e pela precariedade generalizada, há milhares de pessoas que vão começar a sua vida activa com uma corda na garganta.

O processo de atribuição de bolsas em Portugal é excessivamente burocrático e os atrasos inaceitáveis impedem a acção social de cumprir o seu papel. Os Serviços de Acção Social têm poucos meios humanos e insuficientes meios técnicos para dar uma resposta em tempo útil a tantos pedidos e para analisarem toda a documentação exigida nas candidaturas. No Politécnico de Coimbra, por exemplo, 5 técnicos analisam mais de 9 mil processos. Demoram meses.

Há ainda outros problemas. As regras para a atribuição de bolsas são por vezes confusas e pouco homogéneas. Um caso conhecido na semana passada: duas irmãs na mesma situação, filhas de um trabalhador dos seguros e de uma desempregada, encontraram-se numa situação caricata. A que estudava na Universidade do Porto teve bolsa, uma outra a estudar no Minho perdeu-a e pondera abandonar os estudos. A justificação é que há “diferentes regras técnicas”.

Além disto, a fórmula de cálculo deixa automaticamente de fora estudantes que precisam. Sem alargar os critérios de atribuição de bolsa, muitas famílias com poucos rendimentos podem não ter nenhum apoio.

No final do ano passado, com um grupo de estudantes, começamos a percorrer escolas para falar destes assuntos. Criámos uma peça de teatro a partir de histórias como estas. Reunimos com associações de estudantes e com responsáveis por serviços de acção social. Começamos a pensar no que precisava de mudar. E a pedir às pessoas que nos mostrassem como acham que podemos fazer estas coisas mudar. Tem sido uma extraordinária experiência, que vai continuar. No blog que criámos, recebemos testemunhos de estudantes, juntamos sugestões de quem participou nas sessões que promovemos, pusemos um projecto de lei à discussão, vamos juntando informação sobre o que se passa.

Esta semana, o ministro Mariano Gago foi à Assembleia. Anunciou um Orçamento que prevê um aumento na verba para as bolsas, não porque mudem os critérios, mas porque o país está mais pobre e mais gente vai merecer a bolsa dentro dos critérios que existem. Mas mantém e até diminui (no caso de Coimbra, em 200 mil euros) as verbas para os Serviços de Acção Social, o que pode significar que, com menos meios e mais processos, os pedidos de bolsa vão demorar ainda mais tempo a ser analisados.

Mariano Gago teve de assumir, na Assembleia, que os atrasos na atribuição de bolsas são “excessivos e inaceitáveis”. É um bom começo. Finalmente reconhece o que se passa. Mas o Ministro disse mais. Revelou que conhecia bem as propostas do Bloco e que numa reunião que teve com os responsáveis dos Serviços de Acção Social soube das conversas telefónicas (!) que temos mantido com eles (extraordinário, para um Governo tão atrapalhado com as suas próprias conversas telefónicas...). Outra excelente notícia, portanto. Se já sabem o que propomos, pode ser que alguma coisa comece a mudar.

Nos próximos dois meses, vamos continuar a correr escolas com o projecto “Estudantes por Empréstimo”. Vamos continuar a ouvir, a inquietar, a aprender, a conhecer, a pensar em conjunto o que é preciso fazer. No dia 3 de Maio, juntamo-nos numa sessão final. Se o Ministro do Ensino Superior for consequente com o que diz, antes de Maio teremos um novo Regulamento de Bolsas. Se isso acontecer, teremos razões para sorrir. É a prova de que os alunos que falaram dos seus casos, a movimentação das associações de estudantes e a amplificação que vimos fazendo desta realidade desde há meses já terá começado a ter efeitos concretos.

Ficará muita coisa por fazer. Portugal tem das propinas mais caras da Europa. A esmagadora maioria dos bolseiros só recebe o equivalente à propina, ou seja, não recebe verdadeiramente apoio nenhum para os custos com livros, habitação, alimentação ou transportes. Os empréstimos continuam a ser anunciados dentro das instituições como uma “alternativa libertadora”. Continua a não existir dinheiro para investir na acção social indirecta (cantinas, residências, etc.). Mas se alguma coisa mudar, isso é uma lição. A de é que é sempre possível mudar tudo.

O TEMPO DA GUERRA ETERNA?

José Manuel Pureza

(Núcleo de Estudos para a Paz, Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra)

Os atentados de 11 de Setembro de 2001 conduziram a uma mudança substancial nos conteúdos da agenda internacional. Um breve exercício de comparação (antes e depois de 11.9.01) torna evidente uma redução da diversidade dessa agenda, em que deixaram de figurar, em lugar prioritário, tópicos como as negociações ambientais internacionais, a institucionalização de mecanismos judiciais internacionais ou as dinâmicas de integração económica regional. Subitamente, um único leitmotiv passou a nortear as relações internacionais: a luta contra o terrorismo. Programas internacionais, bilaterais ou multilaterais, de apoio ao desenvolvimento, quadros de relacionamento diplomático de diversas escalas ou até o mais simples planeamento de iniciativas de debate de assuntos internacionais passaram a ser ordenados à absoluta primazia da guerra contra o terrorismo, numa demonstração indesmentível de sobreocupação de espaço internacional por esta temática.

Esta regressão é a expressão da amplitude e da intensidade conferidas à resposta norte-americana aos atentados de 2001. Amplitude, em primeiro lugar: a Administração Bush definiu uma extensa multiplicidade de inimigos a serem alvo desta guerra e incluiu-os a todos num tratamento uniforme. Intensidade, em segundo lugar: os objectivos definidos e os meios adoptados têm como resultado absolutamente necessário uma totalização do espaço internacional pela guerra. Enfim, uma tão evidente pujança desta nova agenda internacional há-de ter impacto sobre os próprios quadros teóricos de estudo das Relações Internacionais. Analisemos cada um destes quatro aspectos separadamente.

1. Muitos e iguais

Um ano depois dos atentados de Nova Iorque e Washington, o fundamental documento National Security Strategy of the United States of America proclamava que “... *our responsibility to history is already clear: to answer these attacks and rid the world of evil.*” E prosseguia: “*The enemy is not a single political regime or person or religion or ideology. The enemy is terrorism (...).*” A amplitude dos alvos da resposta é, pois, potencialmente infinita. Ela inclui todo o tipo de organizações terroristas, seja qual for a escala em que operem; os Estados-membros já membros do Eixo do Mal e outros que venham a merecer, por insondáveis razões, essa qualificação; todo o tipo de entidades que facilitam armas de destruição em massa a grupos terroristas ou a Estados-membros; e o terrorismo em si mesmo (“o mal”).

A par desta amplitude dos alvos – inevitável numa guerra que é desenhada “contra o mal” – a estratégia adoptada no âmbito da guerra contra

o terrorismo foi a sua indiferenciação. Quer dizer, “como ameaças, os terroristas, as organizações terroristas e os Estados terroristas são considerados como uma só”, como observou Jeffrey Record (2003: 16). Ora, a indiferenciação de alvos determina, as mais das vezes, uma correspondente indiferenciação de tratamentos. Neste sentido, a parte publicamente conhecida da condução da guerra contra o terrorismo tem evidenciado uma valorização do que é comum a estes Estados, grupos e redes (o uso da violência contra a ordem estabelecida), em detrimento da sua singularidade. E, por consequência, pouco relevo é conferido nessa condução pública e na respectiva retórica, à eficácia específica que meios “aquém” da guerra, como a contenção ou a pressão negocial, podem assumir. Esta vantagem de um tratamento diferenciado pôde ser aferida, já depois de iniciada a guerra contra o Iraque, no modo (diplomático e negocial) como foi abordada, pelos mesmos Estados Unidos, a retoma do programa nuclear pela Coreia do Norte.



2. A nebulosa dos objectivos

Os fins apontados à guerra contra o terrorismo são igualmente de uma enorme amplitude. Jeffrey Record (Idem: 23) contabiliza seis objectivos já enunciados: a) destruição da Al-Qaeda; b) destruição ou derrota de outras redes terroristas de alcance transnacional e das suas ligações nacionais; c) erradicação do fenómeno do terrorismo; d) transformação do Iraque numa democracia estável e próspera; e) transformação do Médio Oriente numa região de democracia consolidada e de desenvolvimento económico; f) fim, pela força se necessário, da proliferação de armas de destruição em massa e do acesso a elas por Estados ou outras entidades potencialmente hostis.

A amplitude de alvos gera uma nebulosa de objectivos. De algum modo, a convicção de que há um vínculo entre o terrorismo internacional e a resistência da região do Médio Oriente à modernidade – nos domínios económico, político ou cultural – inspira esta construção em cascata. As raízes ideológicas desta fundamentação do catálogo de objectivos da guerra contra o terrorismo são indisfarçáveis. Elas remontam aos princípios proselitistas de um colonialismo alegadamente benigno e de uma missão sagrada de civilização que têm vindo a ser desenvolvidas por alguma da entourage da actual Administração americana ou do Governo Blair. Nesses termos, o combate ao terrorismo é concebido como um desígnio de tipo estrutural (e não meramente operacional e pontual), formulado como uma luta sem tréguas contra as supostas raízes do fenómeno. Trata-se, deste ponto de vista, de uma *grand strategy* concebida com base na identificação (ideologicamente formatada, repete-se) de motivos profundos que conduzem à adopção do terrorismo como expressão política. A guerra, e designadamente a guerra preventiva, é um instrumento irrecusável dessa estratégia, ou não fosse ela entendida como a alternativa adequada ao binómio satânico “Estados-pária – armas de destruição em massa).

3. A guerra é a guerra

Lembra Daniel Byman que “a Al-Qaeda não é um grupo terrorista individual mas um insurgente global” (2003: 79-80). Junte-se a esta advertência a de Audrey Kurth Cronin, (2002: 38) para quem o que distingue a actual fase do terrorismo internacional – a “quarta vaga”, que vem suceder ao terrorismo anti-imperial da viragem do sec. XIX para o sec. XX, e aos mais recentes terrorismo anti-colonial e terrorismo urbano anti-capitalista – é afinal o repto que ela lança a soluções que sejam capazes de dar resposta ao fanatismo religioso dos terroristas e às motivações políticas de Estados, grupos e povos disponíveis para os apoiar em virtude da sua marginalização e exclusão social no sistema internacional contemporâneo.

Contra um inimigo assim, a guerra só poderia ser uma metáfora. Como a guerra contra o alcoolismo, ou a guerra contra a evasão fiscal. Mais ainda: a guerra como metáfora do combate aturado e sem transigências inclui certamente operações militares, *as military operations other than war*. Mas sempre e só como componente, certamente menor e pontual, de uma panóplia diversificada de meios, organizados em diferentes etapas desse combate (do confronto imediato à prevenção estrutural), e que inclui à cabeça a espionagem e a troca de informações, o policiamento (incluindo os mecanismos de financiamento transnacional) e a criação de condições políticas, culturais e sociais para uma erradicação, a prazo, do recurso ao terrorismo.

Ora, na prática, registou-se uma inversão quase radical deste entendimento. Com a guerra contra o Iraque, a guerra contra o terrorismo deixou de ser uma metáfora de combate radical para se reduzir a uma guerra concreta. Há porventura dois aspectos que assumem mais realce nessa redução. Por um lado, a guerra contra o Iraque retirou intensidade à natureza nova que se adivinhava numa guerra contra o terrorismo – a já referida amplitude de objectivos e multiplicidade de alvos ficou significativamente reduzida no quadro de um conflito clássico, entre Estados com os respectivos exércitos nacionais e em que o argumento tradicional da soberania tem um valor simbólico primordial. Por outro lado, a modalidade técnico-jurídica dessa redução não é certamente indiferente. O desencadeamento, para mais nos termos em que foi feito, de uma guerra

preventiva – isto é, iniciada na convicção de que a ameaça, não sendo iminente, aconselha o uso da força antes de o poder vir a ser (o que distingue esta versão da da guerra preemptiva, em que a natureza iminente da ameaça é incontroversa) – não só lançou uma mensagem contraditória aos alegados Estados-pária relativamente ao imperativo da não proliferação de armas de destruição em massa, como contribuiu significativamente para uma eternização da guerra, atolada num clima de guerrilha que desvia meios, esforços e atenções para o que seria, quando muito, apenas um episódio lateral da guerra contra o terrorismo. Na síntese de Jeffrey Record (Idem: 34), “o que começou como uma breve guerra convencional por escolha veio a tornar-se numa guerra não convencional por necessidade e sem fim.” Assim a considera uma parte importante das análises disponíveis: um desvio e não uma parte integrante da guerra contra o terrorismo.

4. Guerras teóricas

A guerra é também de palavras e ideias. De facto, o debate teórico em Relações Internacionais é um outro campo desta batalha. A centralidade obsessiva que a guerra passou a ter na agenda das relações internacionais em detrimento de políticas diversificadas e multilaterais de promoção do desenvolvimento económico e humano teve evidentes impactos no terreno teórico. Esses impactos situam-se em dois planos.

Em primeiro lugar, uma renovada força das teses realistas, para as quais, num sistema internacional anárquico, é a acumulação de poder e a sua afirmação simbólica e material (*a power politics*) que constitui a referência fundamental. No actual cenário internacional, os realistas sentem-se reconfortados e entendem a perda de importância de focagens cooperativas e institucionalistas como a prova de que esse não era senão um olhar distorcido sobre a realidade, na qual a vertigem hobbesiana do poder e da guerra sempre terá estado latente.

Por outro lado, todavia, descortina-se em algumas elaborações teóricas uma preocupação de sentido oposto: a de apontar caminhos para uma superação desta hiper-centragem da agenda internacional sobre a guerra. Entre muitos outros, é o caso de Mary Kaldor (2003: 27), para quem a resposta adequada à ofensiva de “globalizadores regressivos” como a Al-Qaeda – que se organizam como as redes globais de empresas ou de ONG’s mas para afirmarem o seu ódio fanático à modernidade – não pode ser outra senão a de “globalizadores progressistas”, isto é, que pretendem desenvolver uma estratégia de governação global baseada na lei e na articulação entre as sociedades civis e as instituições internacionais. Para esta outra visão das coisas, o uso de medidas militares não é de descartar mas ele só pode ter lugar como expressão de decisões institucionalmente legitimadas; em segundo lugar, a promoção dos direitos humanos, seja a título preventivo seja por intervenção dos mecanismos judiciais apropriados, deve ter primazia; enfim, em terceiro lugar, o desenvolvimento humano e a segurança humana devem ser, mais que nunca, objectivos prioritários a ser alcançados com uma combinação do uso dos sistemas educativos, dos media, dos aparelhos de protecção social e dos sistemas de emprego.

Alguns literatos sugerem a expressão “quarta guerra mundial” para caracterizar o actual momento do sistema internacional. A falta de formalidade (declaração de guerra, ocupação territorial, armistício, ...) não é senão um alibi frouxo para negar razão a essa sugestão. Afinal de contas, a Guerra Fria – para não invocar a realidade dominante das *small wars* ou das *new wars* – também não se pautou por esse cerimonial clássico. A amplitude de objectivos, a multiplicidade de alvos e a intensidade das estratégias da guerra contra o terrorismo impõem-na como guerra total. E eterna?

Referências

- Byman, D. (2003), “Scoring the war on terrorism”, *The National Interest*
Cronin, A. K. (2002), “Behind the curve. Globalization and international terrorism”, *International Security*, 27(3)
Kaldor, M. (2003), “Terrorismo global”, *Papeles de Cuestiones Internacionales*, 84
Record, J. (2003), *Bounding the global war on terrorism*. Carlisle, Strategic Studies Institute



A NATO ao seu serviço numa terra longe de si

Mário Tomé

1 - A NATO nasceu pertinho do céu, pronta para defender as nações civilizadas e democráticas da ameaça iminente do comunismo soviético. Isso era tanto necessário quanto a URSS saindo embora vitoriosa da guerra, na qual dispendera o maior esforço global de entre os aliados, se encontrava com a parte europeia do seu território totalmente destruída e com 27 milhões de mortos.

Enquanto os EUA que teriam salvo a Europa do nazismo (depois do exército vermelho ter posto os exércitos alemães à beira da derrota total) saíram da guerra sem uma beliscadura no seu território, (se exceptuarmos Pearl Harbour) reforçados económica e politicamente, com umas forças armadas poderosíssimas e sem equivalente quer nos meios quer nas tecnologias de ponta, dispondo da bomba nuclear experimentada ao vivo no Japão, a Europa, por seu lado estava praticamente arrasada, sem indústria e sem meios para recuperar da hecatombe.

Assim, o Plano Marshall (a salvação económica da Europa pela economia dos EUA) e a NATO (a integração política e militar dos países europeus sob o comando efectivo dos EUA) constituíram os instrumentos de ter-no apoderamento da Europa pelos EUA.

Neste contexto, o Portugal fascista de Salazar teve a honra de ser fundador da NATO e de disponibilizar a Base das Lajes para as forças norte-americanas passarem a dispor de um porta-aviões a partir do qual puderam bombardear e apoiar toda a política de guerra dos EUA no Oriente (Médio e Extremo)

Curiosamente as forças democráticas portuguesas não lograram qualquer apoio dos países democráticos, que haviam derrotado o nazi-fascismo, para a sua luta contra Salazar. Às nações democráticas interessava mais um pássaro na mão (a Base das Lajes para a Nato e os EUA) do que dois a voar, a autodeterminação e a democracia para os portugueses.

Esta cena volta a repetir-se aquando do 25 de Abril em que a NATO conduz pelas suas vias sinuosas a reacção proto-neoliberal (faltava um lustro para a explosão Regan/Taetcheriana do regabofe financeiro) até liquidar as expectativas socialistas que se haviam libertado.

2 – Depois foi a chantagem da Guerra Fria e do chamado terror nuclear, que liquidou uma a uma todas as lutas progressistas e revolucionárias do proletariado, ou ainda no ovo, ou durante longos e sangrentos anos de guerras civis ou ,quando as forças progressistas alcançaram brilhantes vitórias, pela conspiração, pelo terrorismo, pela corrupção ou pela subordinação ideológica com consequências trágicas.

A NATO desempenhou um papel de apólice de seguros do intervencionismo norte-americano, formalmente limitada ao cumprimento dos seus estatutos – defesa comum de qualquer dos membros que fosse atacado (sabendo-se claramente que isso nunca aconteceria, havendo um gentlemen agreement entre URSS e EUA equivalente ao que no Século XVI se chamou Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha).

A NATO serviu de apoio à instalação das bases militares dos EUA principalmente na RFA que foi e ainda é um país militarmente ocupado.

Durante este período houve o episódio dos mísseis de Cuba em 1961 em que a propaganda imperialista de um lado e outro assegurou que estivemos à beira de uma conflagração nuclear, o que ajudou a reforçar o efeito da chantagem sobre o movimento revolucionário mundial.

3 – Seguiu-se o período da desagregação da URSS e do Leste e da intervenção da NATO na desagregação da Jugoslávia, tendo, pela primeira vez, no seguimento da guerra da Bósnia e do Kosovo, sido bombardeada uma cidade europeia depois da II Guerra Mundial – Belgrado, pela aviação da NATO em que os nossos bravos, heróicos e patrióticos pilotos também tiveram papel.

Terminada a ameaça comunista precisava-se de papel e de inimigo. Começou-se então pela Bósnia, Kosovo e Sérvia.

Em 1999 em Washington os países da NATO acordam que se não há inimigo inventa-se. E para tal só há uma saída: alterar os Estatutos, alargar o âmbito territorial, estratégico para a sua capacidade de intervenção e assumir declaradamente o papel de força de intervenção especial dos EUA.

4 - Depois do 11 de Setembro de 2001 está encontrdooo novo inimigo: o terrorismo. Inimigo de largo espectro que pode ir desde Osama Ben-Laden a qualquer um de nós, dependendo das circunstâncias em que possa ser enleado. A Invasão do Afeganistão, prevista e planeada muito antes do 11/9 é a grande oportunidade para medir as capacidades operacionais da maior e mais duradoura aliança militar que se assume declaradamente como instrumento agressivo e arma demolidora contra a liberdade e auto-determinação dos povos ao serviço do império no controlo territorial das regiões que interessa colocar sob custódia.

Com a NATO, os EUA obtêm, agora mais do que nunca, a cooperação quase automática dos seus aliados em todas as acções agressivas que levarem a cabo.

Mesmo a guerra do Iraque, que suscitou resistências nalguns parceiros da NATO, veio a obter o seu apoio, complacência e cumplicidade, embora não tenha sido uma operação da NATO

5 – Mas a NATO enquanto aliança político-militar, começa objectivamente a perder papel e utilidade nos termos dos seus próprios estatutos e objectivos. Na era da globalização financeira os desentendimentos entre as potências (entre as quais os EUA mantêm total hegemonia, mesmo que necessitando de engenharia variável nos acordos que vão firmando ou alterando) resolvem-se ou saldram-se em operações diplomáticas mais ou menos complexas e/ou em acordos económicos e operações financeiras. Como a actual crise demonstra, o's entendimentos são relativamente fáceis desde que se garanta a paralisia dos movimentos sociais e se neutralizam as lutas dos povos e trabalhadores.

Portanto a guerra é contra os povos e essa vai durar sempre enquanto houver imperialismo.

A NATO passa então a ser um instrumento para essa guerra e tende a integrar cada vez mais amigos e velhos inimigos .

6 – Portanto a NATO precisa de se maquilhar para se apresentar como útil àqueles que pretende dominar e cilindrar. Não podendo mais apresentar-se como aliança para a paz agora que a possibilidade de guerra entre potências se esbate, e a guerra contra o terrorismo é claramente para todos uma guerra que não é feita com tanques, aviões, canhões e tropas de ocupação, mas sim com informações e polícias, a NATO vai elaborar novo conceito estratégico para tentar mostrar a sua utilidade e necessidade naquilo que preocupa as pessoas : a ecologia, a cibernética, e toda uma série de objectivos suficientemente mal definidos para permitirem tudo.

7 – Proclamando-se como organização regional e não global, portanto com limitação de legitimidade formal para actuar fora das suas fronteiras (quais são ?) a aliança promete ter o maior cuidado na definição por si própria de quais as condições em que se permite intervir nesse âmbito!!!



8 - A cimeira da NATO em Portugal em Novembro próximo será uma ocasião para demonstrar o apreço por essa organização cada vez mais responsável por crimes de guerra sistemáticos.

Como fazê-lo é uma questão candente que deverá interessar-nos nos próximos meses.

9 - A Pátria precisa de nós: há que propor uma alternativa de segurança para o nosso povo: uma política de paz que impõe a saída da NATO, a redução dramática das despesas militares e lançar as bases de uma defesa civil que assegure o máximo de capacidade de resposta às reais ameaças que temos de enfrentar: as catástrofes naturais (cada vez mais frequentes e violentas) ou provocadas, o bem estar e a saúde dos cidadãos no cada vez mais perigoso dia a dia.

Uma tragédia que não é só grega

Nuno Teles

O trabalho do RMF (Research on Money and Finance) sobre a “Euro-Crise” tem tido impacto nos países do Sul da Europa e no Reino Unido. Bom sinal. É urgente recentrar o debate para além da inevitabilidade da austeridade e do beco sem saída a que ela nos condena. Transcrevo abaixo o artigo do Público, publicado hoje, que escrevi com Costas Lapavitsas e Eugénia Pires.

O Governo anunciou, na semana passada, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para os próximos quatro anos. Este pacote de medidas de austeridade é apresentado como o necessário ajustamento para cumprir os limites, arbitrariamente definidos pela UE, para as finanças públicas. Estas medidas não fornecem qualquer perspectiva de crescimento sustentável num contexto de crescente desemprego e de uma economia global estagnada. Partindo de um equivocado princípio - as privatizações conduzem a espontâneos aumentos da produtividade -, o Governo esquece que os actuais problemas da economia global impedem qualquer crescimento impulsionado pelas exportações. Assim, o cenário mais provável é o da continuação da recessão, com correspondente aumento do desemprego. Portugal, um dos países mais pobres e desiguais da UE, verá agravada a sua situação.

Com as anunciadas políticas, a elite portuguesa parece protegida dos efeitos da crise, pois retém e alarga a propriedade de sectores lucrativos, protegidos de qualquer concorrência de mercado. O peso da crise recairá novamente sobre os ombros dos trabalhadores. Esta ofensiva é quase consensual entre os economistas convencionais. Os salários dos portugueses teriam crescido demasiado quando comparados com os de outros países europeus. Os custos laborais na zona euro têm, de facto, seguido percursos divergentes, conduzindo a uma progressiva perda de competitividade externa das economias periféricas. Esta divergência traduziu-se em crescentes excedentes externos de economias como a alemã, com correspondentes défices dos países do Sul da Europa. No entanto, como é sustentado no recente estudo desenvolvido pelo Research on Money and Finance (www.researchonmoneyandfinance.org), estes desequilíbrios não provêm de uma qualquer superior eficiência da economia alemã face a aumentos salariais excessivos das economias periféricas. A introdução do euro impôs uma política monetária única, além de fortes restrições à política orçamental de cada país. Assim, o ajustamento económico fez-se através do mercado de trabalho. Impelidos pelas próprias instituições europeias, todos os países impuseram pressão sobre os salários e condições de trabalho mediante sucessivas reformas da legislação laboral. O resultado foi a perda generalizada de peso dos rendimentos do trabalho face aos do capital. O problema está no facto de a Alemanha ser campeã nesta corrida para o fundo, com

custos laborais congelados nos últimos 15 anos. Porém, a política laboral alemã produziu resultados medíocres para a sua própria economia, com crescimento anémico, elevados níveis de desemprego e ganhos de produtividade quase inexistentes.

A actual crise também se deve ao sistema financeiro europeu. Com a crise de 2007-9, o Banco Central Europeu (BCE) interveio prontamente, resgatando os bancos. Volumes extraordinários de liquidez foram-lhes fornecidos, permitindo a sua recuperação. Porém, quando, em 2009, os Estados precisaram de se financiar, o BCE comportou-se de um modo diferente. Contrariamente aos bancos, os Estados-membros da zona euro enfrentaram sozinhos os mercados de capitais. Perante a complacência do BCE, o sector financeiro foi resgatado para, na primeira oportunidade, atacar quem o salvou, especulando com a dívida pública dos países periféricos. Convém, por sua vez, assinalar a crescente exposição dos bancos europeus dos países do Centro às economias do Sul, cujos défices têm sido por eles financiados. A “falência” generalizada dos países periféricos repercutir-se-ia numa segunda vaga de problemas financeiros para os bancos do Centro.

Até agora, a abordagem à crise apenas revelou a desorientação política que reina na zona do euro. Neste contexto, o nosso estudo analisa as duas saídas alternativas para a periferia. A primeira requereria a reforma profunda das instituições europeias, promovendo maior liberdade orçamental para os estados, um aumento substancial do orçamento europeu, transferências dos países ricos para os mais pobres e medidas de protecção laboral ao nível europeu. Os restritivos estatutos do BCE seriam igualmente revistos, permitindo, por exemplo, a aquisição de dívida pública. Esta estratégia apresenta dois problemas. Primeiro, assenta-se na improvável criação de uma aliança política entre os países da zona euro. Segundo, esta opção enfraqueceria o estatuto internacional do euro enquanto reserva de valor, constituindo uma ameaça à viabilidade da união monetária.

A segunda alternativa para os países periféricos é o abandono da zona euro, que resultaria na desvalorização das moedas nacionais, reestruturação da dívida denominada em moeda estrangeira e imposição de controlos de capitais. Para proteger a economia, a banca teria de ser nacionalizada e o controlo público alargado aos sectores estratégicos. Neste contexto, uma política industrial, promotora do aumento da produtividade, seria crucial. Contudo, para evitar a armadilha da autarcia, exigir-se-ia uma difícil manutenção do acesso ao comércio internacional, tecnologia e investimento. As alternativas encontram-se ao nosso dispor, mas todas requerem uma alteração radical nos poderes sociais e políticos.

O PEC, a Europa e a Política

José Reis e José Maria Castro Caldas

A elaboração de um Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2010-2013 foi certamente um exercício difícil para o governo e compreende-se que as margens de escolha política sejam estreitas. Para isso contribui a sujeição em que se encontra o financiamento dos Estados e das economias deficitárias, exclusivamente dependente dos mercados financeiros internacionais e da lógica especulativa que aí domina. Como tem sido bem demonstrado pelo relevo assumido pelas agências de rating e pelos fundos privados, os espaços de soberania estão totalmente à mercê da desregulada soberania da especulação e do poder privados.

Quer isto dizer que se admite que a principal fragilidade do PEC português reside, porventura, em realidades que transcendem o documento e a própria decisão governamental. Mas é igualmente indiscutível que, independentemente destas considerações, o PEC português tem opções controversas, orientações desequilibradas e consequências injustas e assimétricas.



O primeiro ponto a merecer atenção é o que diz respeito aos rendimentos que se penalizam quando se trata de distribuir sacrifícios. Como é bem sabido, decidiu-se com peculiar clareza e proclamada coragem quando se tratou de congelar salários e de introduzir tectos nas despesas sociais: como se, em geral, os assalariados fossem privilegiados em Portugal e como se a situação da economia e da sociedade deixasse antever que é possível abrandar os apoios de que os excluídos e os mais desprotegidos necessitam. Ao invés, esta demonstração “corajosa” não se nota quando estão em causa outros rendimentos. Apesar do novo escalão do IRS, o PEC revela-se cerimonioso, ou mesmo reverente, perante os grandes lucros, a começar pelos do sector financeiro, a quem não é pedido sequer uma participação relevante no esforço, quanto mais um sacrifício. Ora, segundo dados publicados pela Comissão Europeia, o envolvimento do Estado português em apoios ao sector financeiro tem sido elevadíssimo desde 2005.

Pode dizer-se que o Programa de Estabilidade e Crescimento é, essencialmente um Programa de... Estabilidade. Quando se contraem os salários e os rendimentos dos desfavorecidos e se reduz o investimento – bases essenciais da procura – a atenção à economia, isto é, à capacidade para estimular a criação de riqueza e de emprego dilui-se. Não é possível ver nisso senão um sinal negativo para os que produzem, criam emprego e, portanto, esperam que exista procura. Ninguém que tenha preocupações com o risco deflacionista que paira sobre as economias fica tranquilo.

É certo que se aposta nas exportações. Mas é aí que o problema da lógica económica do PEC revela a sua imensa fragilidade. Numa Europa em que todos os países parecem seguir a mesma lógica, numa solidão individual insustentável, qual o destino de tanta exportação se todos tendem a reduzir as suas respectivas capacidades de compra? Convém não esquecer que a UE acolhe mais de $\frac{3}{4}$ das exportações portuguesas.

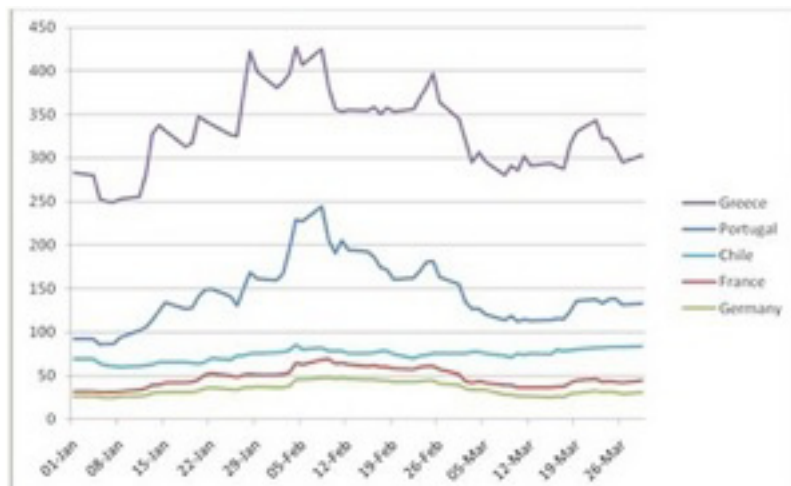
Ora, é justamente aqui que interessaria discutir a capacidade europeia para, em conjunto, lançar um programa de relançamento económico (e não de contracção). Um programa que dependeria de três coisas essenciais: uma forte iniciativa política mais igualitária e mais comprometida com os cidadãos e com uma intervenção real de qualificação da economia e da sociedade (e não o incipiente e abstracto programa da Comissão para 2020); um quadro orçamental radicalmente diferente do que tem vigorado na UE, que limita a capacidade comunitária a cerca de 1% do PIB total; uma revisão profunda do papel do BCE, que actualmente financia os fundos privados que compram as obrigações dos tesouros nacionais, renovando-lhes a capacidade para especularem, mas não financia os próprios Estados.

É aos Estados que cabe um papel essencial no desencadear desta capacidade europeia, tão inexistente e tão necessária. Mas, infelizmente, esses Estados auto-fragilizam-se. Desde logo, como acontece entre nós, fragilizando a Administração Pública. Depois, fragilizando a economia e a sociedade, como acontece com o plano de privatizações apontado pelo PEC, que é insensato e injustificado: cria brechas em domínios cruciais da esfera pública (iniciando a desagregação dos CTT ou do universo da CGD), abre mão de dividendos de empresas lucrativas, põe em risco domínios de regulação pública essenciais. De facto, parece que o governo procura apenas obter com a venda do património público valores que permitam repor o que foi gasto no financiamento do sector financeiro.

É por tudo isto que interessa intensificar o debate político acerca das opções económicas e orçamentais, assim como sobre as questões europeias. O debate político está aí. A todos os propósitos e também sobre a eleição presidencial. É também daqui que interessa que surjam contributos. Estes são assuntos que devem convocar a cidadania.

A sapiência dos 'mercados'

Ricardo Paes Mamede



O gráfico ao lado apresenta a evolução dos CDS (uma espécie de seguro contra o risco de incumprimento) das obrigações do tesouro de alguns países, no primeiro trimestre do ano. Nele vemos que, de acordo com os mercados, o risco de o Estado português passar a perna aos seus credores aumentou duas vezes e meia em apenas um mês, para logo a seguir se reduzir significativamente.

Tirando o cataclismo madeirense (que para o efeito não conta), não me vem à mente nenhum evento ocorrido no período no país que justifique uma evolução tão dramática. Eis algumas explicações alternativas possíveis:

1) os agentes financeiros internacionais aperceberam-se que o país está num estado que não poderiam imaginar um mês antes; esta é uma explicação que nos levaria a concluir que os mercados financeiros não são lá muito eficientes (tirando um conhecido caso da blogosfera, não consta que haja muitos observadores da situação nacional que tenham alterado o seu diagnóstico em tão curto espaço de tempo);

2) os agentes financeiros estavam convencidos que a UE ia mesmo deixar cair a Grécia, abrindo um precedente sem fim, até que o Conselho Europeu decidiu que salvaria qualquer Estado Membro necessitado; esta é uma explicação que nos leva a ver os agentes financeiros como criaturas muito susceptíveis a qualquer afirmação de qualquer responsável político, mais ou menos desbragado - nem a UE ponderou alguma vez fazer da Grécia uma espécie de Lehman Brothers, nem o acordo alcançado permite sossegar quem se sentisse preocupado quanto à eventualidade de incumprimento do Estado grego;

3) os agentes financeiros aproveitaram a fragilidade da situação grega para iniciarem ataques especulativos às economias menos robustas (como fazem habitualmente em vários pontos do mundo), ou seja, para cobrar um prémio de risco mais elevado por uma situação que objectivamente não tem nada de distinto a não ser a própria dinâmica especulativa gerada pelos agentes financeiros.

Em qualquer um dos casos, não ficamos com ideia que os mercados financeiros sejam muito úteis no que toca a determinar o futuro colectivo das populações de um país, pois não?

Crise III - Empréstimo a quem?

Nuno Teles

Os últimos meses de turbulência nos mercados de dívida pública foram alimentados, senão mesmo propulsos, pelas hesitações da Zona Euro na resposta à crise. Mais preocupado com as consequências políticas no seu próprio país, o governo Alemão pareceu apostado na punição exemplar da Grécia, de forma a preservar a arquitectura económica que tanto trouxe ao capital alemão nos últimos anos: uma política monetária europeia determinada pelas suas necessidades e obcecada pelo controlo da inflação aliada à compressão eficaz dos seus trabalhadores de forma a conseguir ganhos de competitividade externa face aos seus concorrentes, sobretudo em relação àqueles com quem partilha a moeda.

Mas os innuendos alemães parecem ter atingido o seu limite. Com a taxa de juro dos títulos de dívida gregos a atingirem patamares insustentáveis, o risco de um não pagamento (por mais austeras que fossem as políticas públicas) passou a ser um cenário provável. Ora, os bancos alemães (e franceses), depois das más experiências que tiveram durante a crise financeira de 2007-09 (muito expostos ao sub-prime), decidiram navegar para as águas aparentemente mais seguras dos títulos de dívida europeia em euros. Uma tendência que já vinha de trás, mas que foi acelerada a partir do Verão de 2007, com a crise nos EUA, e que só se reverteu com a falência do Lehman Brothers no final de 2008 (ver gráfico abaixo para evolução da exposição da banca alemã e francesa face à periferia, retirado do relatório do RMF). Moral da história: se os países do Sul entrassem em incumprimento, os bancos do Norte afundar-se-iam. Algo obviamente intolerável para o Governo alemão, subjogado aos interesses do seu capital financeiro. O empréstimo avança.



Hoje, como no Verão passado

Ricardo Paes Mamede

Foram ontem contactados por uma jornalista do Público vários dos subscritores deste manifesto, lançado em Junho de 2009, entre os quais me encontro. Queria a jornalista saber se mantínhamos ou se havíamos alterado as nossas posições e quais os motivos.

Posto neste termos, a questão parece sugerir que haveria razões para mudar de ideias. Quando releio esse manifesto tenho dificuldade em perceber a curiosidade do Público. Escrevia-se então: «Os recursos públicos devem ser prioritariamente canalizados para projectos com impactos favoráveis no emprego, no ambiente e no reforço da coesão territorial e social: reabilitação do parque habitacional, expansão da utilização de energias renováveis, modernização da rede eléctrica, projectos de investimento em infra-estruturas de transporte úteis, com destaque para a rede ferroviária, investimentos na protecção social que combatam a pobreza e que promovam a melhoria dos serviços públicos essenciais como saúde, justiça e educação.»



Se alguma coisa se pode dizer sobre esta mensagem é que ela se tornou largamente aceite no debate político em Portugal. A ideia de que o investimento público é hoje um instrumento fundamental para combater o desemprego, relançar a economia e fortalecer as bases da competitividade futura sai ainda mais reforçada com as previsões de Primavera da Comissão Europeia, ontem divulgadas. Nelas se anuncia uma quebra do investimento em Portugal de 4,2% em 2010 – isto depois de uma contracção de 11,1% em 2009. Com o consumo estagnado (por via dos cortes nos apoios sociais, do desemprego e do endividamento das famílias), o investimento privado sem dar sinais de retoma e os principais mercados de destino das exportações portuguesas a crescer a passo de caracol, só não defende a necessidade de mais - e melhor - investimento público quem está apostado numa fase prolongada de crise económica e social em Portugal.

Menos consensual no referido manifesto é a parte em que se lê: «sabemos que as dúvidas, pertinentes ou não, acerca de alguns grandes projectos podem ser instrumentalizadas para defender que o investimento público nunca é mais do que um fardo incomportável que irá recair sobre as gerações vindouras. Trata-se naturalmente de uma opinião contestável e que reflecte uma escolha político-ideológica que ganharia em ser assumida como tal, em vez de se apresentar como uma sobranceira visão definitiva, destinada a impor à sociedade uma noção unilateral e pretensamente científica.» Hoje, como no Verão passado, subscrevo.

Crise VI – Este PEC, para quê?

Nuno Teles

A discussão sobre o programa de estabilidade em Portugal está reduzida ao debate que questiona as medidas tomadas enquanto suficientes para convencer os mercados e a Comissão Europeia da determinação do Governo em cortar despesa pública. A redução do défice passou, novamente, a ser o grande desígnio nacional. O desemprego, que Sócrates considerava no longínquo ano de 2007 o principal problema nacional, deixou de ser notícia. São raras as vozes que furam este consenso. O excelente texto «Economia e sustentabilidade: sobre o PEC e o governo progressista das sociedades» (José Reis), publicado no *Le Monde Diplomatique* de Abril, é uma das poucas excepções que se soma ao muito que tem sido escrito neste blogue.

No entanto, vale sempre a pena repetir que, do ponto de vista nacional, a margem de manobra é reduzida face aos ataques especulativos. Os cortes na despesa pública não resolvem o problema do défice e da dívida pública. Com o investimento privado retraído e uma economia internacional estagnada, só o investimento público, bem calibrado na identificação dos nossos bloqueios, pode devolver à economia o crescimento económico necessário á diminuição do desemprego e resolução dos desequilíbrios das contas públicas de forma sustentável. A melhor prova de que esta receita não funciona está em olhar para trás para a última década perdida, em que o Estado, na ânsia de reduzir o défice, foi cortando investimento público e congelando salários, condenando a economia a um crescimento medíocre que nunca permitiu diminuir o défice de forma sustentável. Tal não invalida o muito que há muito a fazer no que toca à forma como o Estado recolhe receitas e afecta a despesa (como é que nenhum jornal se deu conta deste trabalho do Ricardo Mamede? devo andar distraído).

Todavia, este PEC não deve ser tomado como mero exercício de austeridade inútil. O que se propõe com as novas regras de atribuição do subsídio de desemprego (cujo impacto orçamental Sócrates ainda há uma semana confessava desconhecer), o “plafonamento” das prestações sociais e o congelamento de salários da função pública é uma efectiva pressão sobre os salários. Com o desemprego a crescer, aumenta a violência sobre os mais vulneráveis para aceitarem qualquer trabalho a qualquer preço. Ser patrão torna-se mais fácil. Acrescente-se o plano de privatizações que incide sobre empresas de bens não transaccionáveis, com pouca ou nenhuma concorrência e com lucros garantidos, e temos a receita para uma formidável redistribuição de rendimento, onde são os mais pobres que pagam a factura.

Dir-me-ão que não há alternativas e que, face à crise, só com uma redução dos salários podem as nossas PMEs sobreviver. Não é verdade. Face à estratégia, racional do ponto de vista individual, de redução dos custos laborais, estas estratégias das empresas resultarão, no seu conjunto, numa redução da procura dos seus produtos. E, no entanto, medidas como a promoção do crédito à PMEs por parte do nosso banco público, a CGD, que revelariam mero bom senso no actual contexto, aparecem excluídas do debate público.

Crise VII – Pensar o impensável

Nuno Teles

No actual contexto político de consenso à volta do PEC como única saída para crise é quase inevitável cair no “Medina-Carreirismo” do caminho para o abismo. As soluções estruturais para a crise passam pela refundação das instituições europeias tantas vezes repetidas por aqui: reforço do orçamento europeu e da sua componente redistributiva, política monetária europeia virada para o crescimento, harmonização social e fiscal, introdução de títulos de dívida europeus, etc. Em suma, as propostas que muitos economistas, nas margens da profissão, andam a defender há mais de uma década. Tiveram razão antes do tempo...

Contudo, face à urgência da actual crise, vale a pena pensar o que ainda há pouco tempo parecia impossível, mesmo no plano da teoria económica: Porque não pôr o BCE a comprar os títulos de dívida pública? Este mecanismo, proibido estatutariamente, traduz-se na simples emissão monetária, tendo como contrapartida os títulos emitidos pelos Estados que pagariam a taxa de juro definida pela autoridade monetária. Em suma, não seria mais do que dar aos Estados o bem sucedido tratamento providenciado aos bancos comerciais aquando da crise de 2007-09. Estaríamos só a eliminar os intermediários do actual financiamento dos Estados, os bancos comerciais, que agora se financiam junto do BCE quase gratuitamente. Parece justo e razoável, não?

Para os economistas convencionais tal política é pura heresia. A moeda é tida como exógena em relação à economia. Qualquer aumento da massa monetária traduzir-se-ia imediatamente em inflação. Ficaria tudo na mesma, com mais um novo problema. No entanto, esta ideia, tão querida do papa da economia neo-clássica, Milton Friedman, devia estar já enterrada à luz do que aconteceu nos últimos dois anos (para perceber como estas ideias estranhamente sobrevivem, leia-se o artigo «Esta Economia para quê?» (José Castro Caldas) no *Le Monde Diplomatique* de Abril). Face à crise global, as extraordinárias injeções de liquidez dos bancos centrais nos bancos comerciais tiveram, quanto muito, o desejado efeito de prevenir uma espiral deflacionista. É pois inverosímil uma espiral inflacionista nas actuais condições na zona euro. Para um entendimento diferente da moeda, endógena à economia, vale a pena ler este artigo do economista pós-keynesiano Thomas Palley, cuja conceptualização tem muito maior aderência à actual realidade, mas que continua marginalizada nos departamentos de economia. Outro argumento contra, possivelmente invocado por economistas de bona fide, seria que embora tal mecanismo funcionasse no actual contexto, estaria a criar um precedente. No futuro, existiriam certamente abusos. A minha resposta é que tudo depende das regras fixadas e que, passada a actual crise, se embarcasse nas propostas acima citadas que tanto andamos a repetir. O último argumento contra seria que este mecanismo, embora acabasse com a especulação nos mercados de dívida pública, simplesmente transferiria os ataques para a moeda única, colocando-a em risco. Bem, em risco já ela está neste momento. Mas mesmo assim, não é comparável a vulnerabilidade de um país como Portugal ou a Grécia face ao conjunto da economia da zona euro. Além disso, o euro é hoje a segunda moeda de reserva internacional, a inexistente concertação interna à Europa existiria certamente ao nível global no sentido de lhe garantir estabilidade.



Os mercados exultam, nós devíamos estar preocupados

Nuno Teles

O gigantesco plano de socorro engendrado esta madrugada nos corredores de Bruxelas parece estar a ter os efeitos desejados. Um plano gigantesco, complexo, bem parecido com aquele que, sem demora, foi posto em prática aquando do colapso financeiro pós-Lehman Brothers. O risco da dívida dos países do sul cai a pique e as bolsas exultam da maneira hiperbolizada que lhes é típica. Nada que não tivesse sido defendido neste blogue há muitos meses: o problema é europeu e só a União Europeia o pode resolver, garantindo que nenhum país cai numa situação de não-pagamento. Mais, o BCE vai mesmo começar a compra títulos de dívida pública, de forma a corrigir “anomalias” nos mercados. Parece que tínhamos razão.

Mas, se os ataques conjunturais tiveram solução (a ver vamos, que as modas nos mercados financeiros são tudo menos previsíveis), os problemas estruturais mantêm-se. A forma como estas garantias foram cozinhadas sublinha as fragilidades institucionais da EU. O grosso das garantias foi organizado através de um “veículo especial” para o qual os estados contribuem. A acção da UE, enquanto tal, fica reduzida ao alargamento dos empréstimos nos meros (salvo seja) 60 mil milhões de euros, já que o orçamento europeu (garantia nestes empréstimos) não chega para mais. Pior, todo este gigantesco plano precisou da participação do FMI como garante de credibilidade.

Se um plano como este tivesse sido organizado há uns meses atrás, obviamente a sua escala não teria de ser a mesma. Todavia, desenganem-se se acham que foram as eleições na Alemanha as responsáveis por este atraso. Mais importante foi deixar países como Grécia e Portugal à beira do abismo de forma a impor as mais draconianas condições. Isso, e o crescente nervosismo dos bancos alemães. E aqui chegados percebemos o enorme problema estrutural com o qual Portugal, a Grécia e a Espanha se deparam. Num contexto de magro crescimento económico, os cortes anunciados (e aparentemente agravados pelo aumento do IVA, corte do 13 mês, etc) é inevitável o prolongamento da recessão nestes países. Mais desemprego, maior dificuldade em reduzir défices e dívida. O The Economist chama-lhe mesmo experimentação económica. Nos raríssimos casos em que planos drásticos de cortes da despesa pública foram seguidos por crescimento económico, como o Reino Unido nos poucos saudosos anos Thatcher, estes países beneficiaram de desvalorizações monetárias promotoras da competitividade externa e reduções drásticas das taxas de juro (promovendo o consumo interno). Nada disto está ao dispor dos países do sul no contexto do Euro. Os resultados dos cortes precoces na Irlanda não auguram nada de bom. Enquanto que o resto da Europa começava a crescer marginalmente no último trimestre de 2009, a economia irlandesa afundou 2,9%.

Os especuladores são europeístas?

Jorge Bateira

A UE aprovou medidas históricas, medidas que vão no sentido de ‘mais Europa’ e que há muito eram defendidas neste blogue. Mas fê-lo a muito custo, perante a iminência do colapso do euro. Parece poder conclui-se que só nestas condições é que o projecto europeu avança.

Ficou também decidido um controlo mais rigoroso dos PEC, em particular antecipando e agravando as medidas mais recessivas nos países com maiores dificuldades financeiras. O resultado global será o mergulho

da Eurozona em nova e mais profunda recessão. E como nenhum dos seus membros pode conduzir sozinho o relançamento da sua economia, o que é que nos espera?

Por agora vejo três cenários:

a) Mantermo-nos na moeda única custe o que custar, com uma distribuição dos custos que penalize o menos possível os grupos sociais de mais baixos rendimentos, sabendo que o processo de “consolidação” orçamental em curso à escala europeia vai agravar a crise e repercutir-se sobre a própria Alemanha. A ideia seria ganhar tempo até que a Alemanha mude de orientação política, por pressão interna e externa (ver aqui), já que os seus cortes orçamentais vão reduzir ainda mais a sua procura interna e, por outro lado, não vai poder manter o nível anterior das suas exportações para a ‘Europa deficitária’, ou mesmo para outros países como os EUA (ver aqui). Mas será que a Alemanha muda mesmo? Não haverá que considerar a inércia da sua “cultura” anti-défi ce que, para a generalidade dos alemães, está associada ao medo de uma “hiperinflação” (cultura do Bundesbank transposta para o BCE)?

b) Abandonarmos a moeda única, o que permitiria recuperar a margem de manobra da política económica pela desvalorização drástica da taxa de câmbio com reestruturação da dívida pública. É um cenário com prós e contras, a estudar melhor à luz do que aconteceu na Argentina (ver esta opinião). Em todo o caso, estou convencido que a Grécia vai acabar por abandonar, mais ano menos ano, porque a recessão em que vai mergulhar não permite gerar a receita fiscal necessária para pagar o imenso volume da sua dívida que os juros a 5% só agravam (‘feito bola de neve’). A Irlanda e a Letónia já estarão na descida para o abismo: ‘cortes na despesa – mais recessão – mais cortes na despesa/subida de impostos – mais recessão’ (ver aqui). Com algum desfazamento temporal, Portugal e a Espanha far-lhes-ão companhia (ver aqui). E quando será a vez da Itália? Será isso mesmo que muitos alemães pretendem, uma reconfiguração da Eurozona?

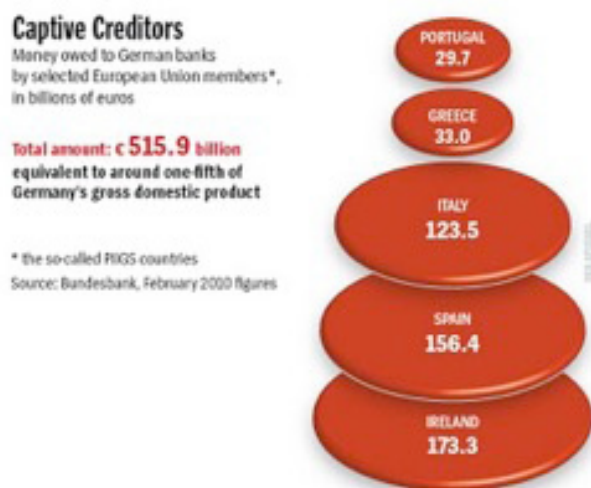
c) Provocar um efeito de choque sobre a opinião pública alemã e a sua liderança política. Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda (com o apoio tácito da França), têm uma alternativa. Negociar em segredo uma posição colectiva e, daqui a uns meses, confrontar colectivamente Angela Merkel (entretanto enfraquecida politicamente) com a seguinte escolha: (1) regresso ao projecto, prematuramente abandonado, de relançamento coordenado do crescimento europeu pelo investimento público e por medidas de apoio social (a financiar pela ‘economia da droga’, pelo sector financeiro e por uma taxa sobre as suas transacções especulativas, por tributação altamente progressiva e, como agora se decidiu, por monetarização da dívida pelo BCE); reforço substancial do orçamento comunitário e revisão do Tratado de Lisboa para expurgar a ‘constituição económica’ da sua implícita ideologia monetarista, ou ... (2) saída simultânea dos quatro países com reposição das respectivas moedas, acompanhada de reestruturação unilateral das respectivas dívidas, nacionalização da banca, controlo rigoroso dos movimentos de capitais de curto prazo ... e, em consequência, falência dos bancos que detêm dívida destes países, com destaque para os bancos alemães (ver figura).

A minha preferência vai para o cenário (c) que já aqui defendi há muito tempo. Na impossibilidade política desta ‘prova de força’ concertada, começo a ponderar seriamente se, quando confrontado com o cenário (a), o cenário (b) não acabará por criar, no médio/longo prazo, condições mais favoráveis ao desenvolvimento do nosso país (uma saída do euro ‘à Argentina’). Bem fazem os Polacos ao adiarem a entrada no euro.

Persistindo a Alemanha na sua estratégia de ‘política da oferta’ (“reforma do mercado do trabalho”, “revisão das funções do Estado”, “mais rigor nos critérios de Maastricht”) para enfrentar uma ‘crise de procura’, não percebendo que as empresas só produzem se tiverem expectativas de que podem vender, os empréstimos de emergência que vários países (além da Grécia) vão ter de pedir não poderão ser reembolsados. A estagnação geral na Europa, ou mesmo a sua recaída na recessão, vai começar a tornar-se insustentável (ver aqui). Como vão todos crescer pelas exportações? (ver aqui) Estará a Alemanha à espera que os EUA e os “países emergentes” nos tirem da crise?



Na ausência de uma viragem completa na política da eurozona (como se explica aqui), os especuladores vão continuar o seu trabalho (ver aqui), só que agora será com o euro e já não com as obrigações de pequenos países. Antes que seja tarde, a UE tem de pensar o impensável: a subordinação da finança ao poder político e, rapidamente, dar mais passos em direcção ao federalismo. Menos do que isto não chega.



A dificuldade da acção colectiva não é desculpa

José Maria Castro Caldas

“Finança global, regulação global”: uma formula aparentemente bem-intencionada e até politicamente avançada e radical que está a constituir-se em justificação da inacção. “Há muitas propostas e possibilidades mas não fazemos nada porque a resposta tem de ser global”. E no entanto a margem de possibilidade de acção colectiva global para uma integração financeira “positiva”, isto é, assente numa base regulatória comum, é diminuta. Mesmo que houvesse uma vontade comum o sucesso seria difícil. A esfera das relações internacionais é um palco pouco plausível da acção colectiva bem sucedida. O espaço para o “egoísmo nacional” e o oportunismo é grande, a margem de desacordo nos detalhes regulatórios abunda, não existem mecanismos eficazes de monitorização e ‘enforcement’ adequados. A chantagem – ameaça de fuga – por partes dos grandes actores da finança global torna-se credível neste contexto.

A solução só pode estar no termo “finança global” da fórmula imobilizadora. Precisamos mesmo da finança global? Os “ganhos de eficiência” da liberdade de movimentos de capitais financeiros compensam os riscos de contágio e a alavancagem do poder que a mobilidade confere aos capitais sobre as comunidades políticas?

A função social da finança - disponibilização de capitais para o investimento “real” - pode ser assegurada mesmo que a finança seja desglobalizada, isto é, mesmo que os fluxos de capitais, sobretudo os de curto prazo, sejam confinados a espaços de soberania política em que seja viável a actividade regulatória. Não estou a pensar apenas em espaços nacionais, a União Europeia (ou a UEM) poderia ser um enquadramento adequado.

Proponho uma nova formula: “À falta de regulação global, finança regional regulada, já!”

Ensaio sobre a Cegueira

José Gusmão

Uma das linhas fortes do Programa de Estabilidade e Crescimento é o seu programa de privatizações. O Governo anunciou 6.000 milhões de redução da dívida pública e redução do défice (através da correspondente diminuição de juros da dívida pública) de 0,1% do défice, cerca de 170 milhões por ano. Parece um bom negócio, não é? Livramo-nos de uns monos, que só estão aí a atrapalhar, fazemos um encaixe simpático e reduzimos os encargos anuais com a dívida.

É verdade que a dívida pública seria reduzida no montante das privatizações. Mas convém não esquecer que essa receita é irrepetível e a degradação do défice começa a corroer o seu impacto no dia seguinte à sua aprovação. E convém que se tenha presente a dimensão desse impacto: estamos a falar de compensar cerca de cinco meses do aumento da dívida pública que irá ocorrer só este ano... Com que custo?

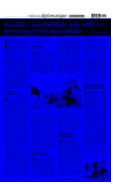
Quando o Governo fala do impacto dessa redução no défice através dos encargos da dívida pública, só está a contar uma parte da história. Ao alienar muitas das empresas e participações incluídas neste programa, o Governo estará a alienar receitas que em muito ultrapassam essa diminuição de encargos. Só os dividendos que o Estado recebeu por via da magra participação que ainda mantém na EDP (110 milhões, em 2009) correspondem a quase 2/3 do que o governo tenciona poupar em encargos de dívida pública com a totalidade do programa de privatizações.

Mas mais importante é a lógica política de um programa desta natureza. Um programa em que o Estado desaparece de praticamente todos os sectores estratégicos da economia, perdendo a capacidade de articular uma estratégia para o desenvolvimento e assegurar a todos bens públicos essenciais. É uma razia ao que sobrava na energia, transportes, água, comunicações, entre outros sectores.

E abre, com a privatização do seu sector segurador, a caixa de Pandora da privatização da Caixa Geral de Depósitos, onde nem a Direita se atreveu a mexer. E isto num momento em que a CGD mostrou mesmo aos mais furiosos liberais o papel estratégico que tem de ter a presença pública no sector financeiro. Só o PS parece não ter percebido.

O que se passa com este programa de privatizações já não é miopia. Já não se trata de obter ganhos extraordinários e irrepetíveis com prejuízo de receitas futuras e instrumentos de desenvolvimento do país. Trata-se de uma política que aliena instrumentos para políticas públicas e degrada a situação das contas públicas a partir do momento imediato, no que ao défice diz respeito. É uma decisão motivada pela cegueira puramente ideológica de um Governo sem a mais pequena referência a qualquer coisa que se pareça com uma política económica socialista.

O debate público sobre estes assuntos é, infelizmente, muito reduzido. É por isso que aqueles que irão contestar estas escolhas não podem perder tempo no esclarecimento e na luta por uma política económica assente em políticas públicas exigentes. E na unidade com todos os que, como João Cravinho (e outros), ainda não perderam a cabeça. Já não falamos apenas do futuro, falamos do presente imediato. Um presente que está a ser oferecido aos privados do costume.



Economia e sustentabilidade: sobre o PEC e o governo progressista das sociedades

Por JOSÉ REIS *

Como é bem sabido, os anteriores Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) não suscitaram grande curiosidade ou debate público. Pareceram simples formalidades, isto é, cumprimento rotineiro de compromissos instituídos na altura do Pacto que fundou a União Económica e Monetária e que – salvo quando se tratava do défice das contas públicas – não mereciam espacial detalhe.

A razão da controvérsia contemporânea é óbvia. Num momento como o que atravessamos, o PEC tem de ser discutido como o documento onde se deveria reflectir o pensamento necessário à definição de uma política económica de médio prazo, no contexto preciso da profunda crise que abalou as economias desenvolvidas e as suas periferias. É este, aliás, o motivo que obriga a discutir o PEC em termos muito mais amplos e exigentes do que os que possam rodear um exercício anual ou de curtíssimo prazo, como por exemplo a elaboração do Orçamento do Estado. E muito mais amplos, também, do que os termos que certamente se usariam se estivéssemos num período de normalidade em matéria de crescimento e de organização económica. Mas não é disso que se trata e, por tais razões, o que está em causa são opções, orientações, trajectórias que não podem ser dissociadas das convulsões que mostraram dramaticamente os limites das economias baseadas num excesso de mercado, nem do que importaria começar a entender como bases para um quadro colectivo susceptível de substituir o actual ambiente depressivo.

1. Da incerteza à turbulência persistente

De facto, a realidade económica que nos rodeia está sujeita a uma grande turbulência, de tal forma que já parece pouco esclarecedor falar apenas de incerteza: talvez se devesse falar antes de insustentabilidade do actual modelo económico, à escala europeia.

Assim sendo, devíamos estar a debater opções capazes de configurar uma refundação da política económica e de tornar evidente que se assumia a urgência de reorganizar a economia e a sociedade, no sentido de patamares de sustentabilidade mais sólidos. Para isso, sugiro que, entre muitas outras possibilidades, demos atenção a duas questões cruciais: aos factores que influenciam a procura e aos que intervêm na capacidade para dar às economias um sentido organizacional e de governação em que os aspectos colectivos e sociais sejam relevantes.

O primeiro pressuposto desta sugestão é o que grande problema das economias sujeitas à crise intensa em que estamos é o da formação da procura. Parece indiscutível que as convulsões trazidas pelo desabar do quadro económico prevalente até há dois anos não só afectou os rendimentos das famílias e dos Estados, reduzindo a sua capacidade para validar socialmente a produção através do consumo e do investimento, como afectou dramaticamente as suas expectativas, a sua confiança e a sua capacidade para serem elementos propulsores de futuro. A forma profunda como a procura foi atingida colocou as economias na vizinhança da deflação e da depressão. Essa é, parece-me, a causa essencial da escassa verosimilhança das previsões de uma retoma rápida e minimamente robusta.

Aliás, parece-me também razoavelmente fora da realidade imaginar que a chamada «saída da crise» possa ser entendida como um mero passo de adaptação. Não se trata, pois, de retomar um percurso que a crise abalou e cuja projecção linear para o futuro pudesse ser redesenhada de acordo com as balizas que definiram o passado. Em boa verdade, as economias são sistemas sociais de produção. Isto é, as capacidades de produção e os mecanismos de troca que elas desencadeiam só fazem sentido no quadro de um sistema de provisão em que, através da consolidação de determinados padrões de organização colectiva, aquela produção é validada socialmente, isto é, consumida, gerando-se assim processos de bem-estar individual e colectivo. Por tudo isto, o que interessaria saber é se a política económica e os documentos que, como o PEC, lhe dão expressão substantiva apontam para caminhos que permitam superar a profunda desre-

gulação dos mecanismos sociais em que o funcionamento das economias se apoia.

2. Os fundamentos sociais da economia

A procura depende, obviamente, dos rendimentos que se formam na economia. E depende igualmente do significado social desses rendimentos. Em sociedades em que houve lugar a uma ampla salarização do emprego e a uma democratização do acesso ao bem-estar, os rendimentos do trabalho são, evidentemente, cruciais. Não é demais lembrar que é com os salários que uns (empresas ou outras organizações) pagam, e para quem esse desembolso é um custo, que se forma a procura (isto é, o rendimento) de outros. A não redução do salário à categoria de custo e o entendimento de que ele é a base de uma relação social foi, como é bem sabido, um dos mecanismos pelos quais, no século passado, as economias industrializadas alcançaram

do novo escalão do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o PEC revela-se cerimonioso, ou mesmo reverente, perante os grandes lucros, a começar pelos do sector financeiro, a quem não é pedido sequer uma participação relevante no esforço, quanto mais um sacrifício. Ora, segundo dados publicados pela Comissão Europeia, o envolvimento do Estado português em apoios ao sector financeiro tem sido elevadíssimo desde 2005.

Além de fazer do trabalho a variável sobre que recaem os maiores sacrifícios, o PEC também autofragiliza o Estado. Fragiliza-se a Administração Pública, em primeiro lugar, assumindo-a como um peso, em vez de a encarar como um poder organizativo da sociedade. Depois, fragiliza-se a economia e a sociedade, como acontece com o plano de privatizações, que é insensato e injustificado: cria brechas em domínios cruciais da esfera pública (iniciando a desagregação dos CTT ou do universo da CGD), abre mão de dividendos de empresas lucrativas, põe em risco domínios essenciais de regulação pública. De facto, parece que o governo procura

Veja-se o que se passa com a aposta nas exportações que é, porventura, a única expectativa positiva que o PEC acalenta. É aqui que o problema da lógica económica do PEC revela a sua imensa fragilidade. Numa Europa em que todos os países parecem seguir a mesma lógica, numa solidão individual insustentável, qual o destino de tanta exportação se todos tendem a reduzir as suas respectivas capacidades de compra? Convém não esquecer que a União Europeia acolhe mais de três quartos das exportações portuguesas.

Importa, pois, discutir a capacidade europeia para, em conjunto, lançar um programa de relançamento económico (e não de contração). Um programa que dependeria de três coisas essenciais: uma forte iniciativa política mais igualitária e mais comprometida com os cidadãos e com uma intervenção real de qualificação da economia e da sociedade (e não o incipiente e abstracto programa da Comissão para 2020); um quadro orçamental radicalmente diferente do que tem vigorado na União, que limita a capacidade comunitária a cerca de 1 por cento do produto interno bruto (PIB) total; uma revisão profunda do papel do Banco Central Europeu (BCE), que actualmente financia os fundos privados que compram as obrigações dos tesouros nacionais, renovando-lhes a capacidade para especularem, mas não financia os próprios Estados.

Conclusão: um programa de estabilização sem lugar para a economia e para a sociedade

A elaboração de um Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2010-2013 foi certamente um exercício difícil para o governo e compreende-se que as margens de escolha política sejam estreitas. Para isso contribui a sujeição em que se encontra o financiamento dos Estados e das economias deficitárias, exclusivamente dependente dos mercados financeiros internacionais e da lógica especulativa que aí domina. Como tem sido bem demonstrado pelo relevo assumido pelas agências de notação (rating) e pelos fundos privados, os espaços de soberania estão totalmente à mercê da desregulada soberania da especulação e do poder privados.

Quer isto dizer que se admite que a principal fragilidade do PEC português reside, porventura, em realidades que transcendem o documento e a própria decisão governamental. Mas é igualmente indiscutível que, independentemente destas considerações, o PEC português tem opções controversas, orientações desequilibradas e consequências injustas e assimétricas.

Podem dizer-se que o Programa de Estabilidade e Crescimento é, essencialmente, um Programa de... Estabilidade. Quando se contraem os salários e os rendimentos dos desfavorecidos e se reduz o investimento – bases essenciais da procura – a atenção à economia, isto é, à capacidade para estimular a criação de riqueza e de emprego dilui-se. Não é possível ver nisso senão um sinal negativo para os que produzem, criam emprego e, portanto, esperam que exista procura. Ninguém que tenha preocupações com o risco deflacionista que paira sobre as economias fica tranquilo. O Relatório da Primavera do Banco de Portugal não podia ser mais sombrio. Corrige negativamente as previsões mais imediatas do PEC e ilustra o que se disse acima sobre a turbulência recessiva.

Por tudo isto que interessa intensificar o debate político acerca das opções económicas e orçamentais, assim como sobre as questões europeias.

* Economista, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e investigador do Centro de Estudos Sociais da FEUC.



THADDEUS STRODE | *Class & Mite: Promising Promised Lands/No Self (2008)* | Galeria Mário Sequeira, Parada de Tibães, Braga (até 15 de Abril)

patamares de crescimento viúso.

As sociedades e as economias de hoje são, como é desnecessário dizer, profundamente diferentes das da época precedente. Não estamos perante a emergência de intensos processos de industrialização ou de urbanização, não assistimos à incorporação crescente de trabalho no mercado do emprego, não estamos numa rápida ascensão das qualificações e das habilitações de largos estratos populacionais. Somos, ao contrário, sociedades terciarizadas e economias que atingiram padrões de maturidade produtiva elevados e em que os ganhos de produtividade e as inovações não produzem os intensos efeitos reestruturadores que ocorreram em fases históricas de arranque para novos estádios de desenvolvimento.

Isso não invalida e, pelo contrário, exige que se assumam novos compromissos sociais capazes de servir de base a um modelo de desenvolvimento sustentável, isto é, em que seja possível encontrar mecanismos colectivos de governação e processos dinâmicos sólidos. O esquema de inserção no trabalho e as regras sociais que integram as pessoas no modelo económico – incluindo, evidentemente, a regra do salário justo – são questões essenciais.

3. As opções do PEC: a estabilização recessiva

O primeiro ponto a merecer atenção no PEC é, por tudo isto, o que diz respeito aos rendimentos que se penalizam quando se trata de distribuir sacrifícios. Como é bem sabido, decidiu-se com peculiar clareza e proclamada coragem quando se tratou de congelar salários e de introduzir tectos nas despesas sociais: como se, em geral, os assalariados fossem privilegiados em Portugal e como se a situação da economia e da sociedade deixasse antever que é possível abrandar os apoios de que os excluídos e os mais desprotegidos necessitam. Ao invés, esta demonstração «corajosa» não se nota quando estão em causa outros rendimentos. Apesar

apenas obter com a venda do património público valores que permitam repor o que foi gasto no financiamento do sector financeiro.

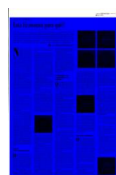
A penalização assimétrica dos salários – isto é, um quadro de aumento das desigualdades e de sobrecarga sobre os estratos sociais que vivem do trabalho – não é apenas uma política injusta, é uma política de retração da economia e da criação de riqueza. Limitam-se os rendimentos e, sobretudo, cerceiam-se as expectativas. A política recessiva criou recessão. O mesmo pode ser dito em relação à contração do investimento.

4. A insularização das economias nacionais: ousar uma Europa dinâmica

Mas há ainda outra circunstância que a discussão do PEC trouxe consigo e que me parece também nova e, sobretudo, muito relevante. Trata-se da dimensão europeia. A profundidade dos problemas (tanto os portugueses como os de outras economias, com o sabido destaque para a Grécia) demonstrou que a União Económica e Monetária pode ser, na ausência de processos reais de governação das economias, um mecanismo de forte desestabilização de sistemas nacionais, com expressão na competitividade, no crescimento e no emprego. Isso quer então dizer que há que introduzir no debate a questão de saber se há um palco europeu para uma política económica que não se confine aos critérios de convergência nominal e, inversamente, assuma problemas como o da gestão do financiamento das economias nacionais ou o do crescimento e qualificação de territórios periféricos ou sujeitos a debilidades estruturais.

O «governo económico» na Europa seria, neste caso, muito mais do que um «governo-policia», como parece agora defender-se, para ser uma política de relançamento económico e de dinamização dos sistemas sociais.





OUTRAS ECONOMIAS

Esta Economia para quê?

Que repercussões teve a actual crise económica na organização e nos planos dos cursos de Economia? Será possível que tudo se mantenha inalterado, quando a ciência económica e tantos economistas reivindicavam para a sua disciplina uma largamente desmentida capacidade de predição e de controlo da economia? A crise da teoria e do ensino da Economia admite mais do que um cenário possível, mas nem todos os futuros vão no sentido do pluralismo e do diálogo com outras disciplinas. E a escolha desse futuro diz-nos respeito, a todos e não apenas aos economistas.

● Por **JOSÉ CASTRO CALDAS ***

Num dia já remoto de 2008, alguém escreveu em letras garrafais num muro de um instituto universitário de Lisboa onde se ensina Economia e Gestão: «Estes Economistas para quê?». Pela mesma altura (Novembro de 2008) a Rainha de Inglaterra, que tinha acabado de perder 25 milhões de libras no colapso bolsista, perguntava a uma atónita audiência de economistas na London School of Economics: «Por que é que ninguém reparou?». Em Julho de 2009 a revista *The Economist*¹ fazia capa com a imagem de um livro intitulado «Moderna Teoria Económica» a derreter-se sob as ondas térmicas do crash financeiro e escrevia no editorial: «De todas as bolhas económicas que foram perfuradas poucas rebentaram de forma mais espectacular do que a reputação da Economia propriamente dita».

Estes episódios anecdóticos servem para recordar que, em 2008 e 2009, o que parecia estar a ruir era não só o capitalismo financeiro, mas também a «Moderna Teoria Económica». Nesses dias, o dedo acusador da opinião pública apontava para a Economia e para os economistas: eles não só haviam sido incapazes de «reparar» na aproximação da crise, como haviam contribuído activamente para instalar as condições que a provocaram.

De então para cá os espíritos parecem ter serenado: pouco ou nada foi feito para conter os ímpetus da finança (pelo contrário, esta parece ter renascido das cinzas com folgo redobrado) e pouco ou nada foi feito para remediar a «Moderna Teoria Económica» ou reformar o ensino da disciplina. Na maioria das Faculdades de Economia, com destaque para as portuguesas, reina a paz dos cemitérios. Nada mudou, como se nada tivesse acontecido.

No entanto, «os economistas» e a «economia» não recuperaram a sua «reputação».

O que temos pela frente é, portanto, também, uma crise da Economia (da «moderna teoria» e do seu ensino) caracterizada pelo contraste entre a imobilidade das instituições de suporte à produção e reprodução de conhecimento económico, por um lado, e, por outro, pela perda da «reputação» da disciplina académica, isto é, a generalizada percepção pública da sua degenerescência.

Para tentar descobrir os futuros que esta crise contém devemos, primeiro, clarificar o significado de «Moderna Teoria Económica» na aceção da *The Economist* e verificar até que ponto esse significado corresponde ao entendimento público de «Economia» e de «economista». Devemos interrogar-nos, depois, quanto à medida em que a perda de «reputação» pública da disciplina e da profissão de economista é justificada. Reflectiremos, por fim, em dois dos cenários que se configuram para o futuro da disciplina académica.

O que é «a Economia moderna»?

Dizia-se antigamente que onde estão dois economistas há pelo menos três opiniões diferentes. De facto, a Economia foi desde sempre uma disciplina académica caracterizada pela existência de diversas tradições e correntes teóricas com expressão em diferentes pontos de vista e opiniões acerca dos problemas. Pode, portanto, parecer estranho que a *The Economist* se refira à «Moderna Teoria Económica» no singular.

A verdade, no entanto, é que a «moderna Economia» de que falava a *The Economist* é a Economia tal como actualmente existe, não a velha Economia pluralista que existiu

nos Estados Unidos entre as duas guerras mundiais e até mais recentemente na Europa.

Nos Estados Unidos, durante e após a Segunda Guerra Mundial, a Economia sofreu uma profunda transformação que a levou do pluralismo à hegemonia de uma só corrente teórica. Paul Samuelson, um dos principais protagonistas deste processo, escrevia em 1955: «Nos anos recentes, 90 por cento dos economistas americanos deixaram de ser «economistas keynesianos» ou «economistas anti-keynesianos». Em vez disso, trabalharam para construir uma síntese de tudo o que é válido na economia antiga e nas modernas teorias da determinação do rendimento. O resultado, a que poderia chamar-se economia neoclássica, é aceite, em linhas gerais, por todos menos cerca de cinco por cento de autores de extrema-esquerda e extrema-direita»².

Paul Samuelson havia sido de facto um dos principais arquitectos da síntese da microeconomia neoclássica com um modelo vagamente keynesiano, que ele próprio celebrava nesta passagem, e o autor do manual que o disseminou em todo o mundo durante várias décadas.

Na década de 1970, contudo, esta síntese, ou consenso, viria a quebrar-se em consequência da ruptura operada e da influência adquirida pelos monetaristas e os «novos clássicos» da Escola de Chicago. A perspectiva de uma Economia unificada já não agradava tanto a Paul Samuelson como no passado. Em 1992, sentiu mesmo a necessidade de assinar com outros quarenta e quatro economistas de renome um «Apelo a favor de uma economia pluralista e rigorosa», que só conseguiu ser publicado na *American Economic Review* como publicidade paga.

Samuelson queria evitar uma nova síntese hegemónica, desta vez, pelos economistas de Chicago, mas, na década de 1990, o que



ele receava veio efectivamente a acontecer: o novo consenso, festejado em 2008 pelo actual economista-chefe do Banco Mundial, Olivier Blanchard, envolvia agora «as novas ferramentas desenvolvidas pelos novos-clássicos... [e] os factos enfatizados pelos novos-keynesianos»³.

Os acontecimentos nos Estados Unidos são de especial relevância, porque viriam a determinar o que veio acontecer em todo o mundo. Pouco a pouco, departamentos de economia que anteriormente eram pluralistas sofreram transformações semelhantes às que aconteceram nos Estados Unidos, conduzindo à hegemonia de uma perspectiva única (neoliberal) na teoria e na prática. A transformação envolveu conversões pessoais espectaculares, exclusões diversas, golpes palacianos, critérios de admissão ideologicamente condicionados. O que veio a prevalecer foi a «Moderna Teoria Económica» — uma coligação teórica que excluiu um conjunto de tradições que estiveram presentes (e em certa medida ainda estão) na academia e nas associações profissionais: o (pós-)keynesianismo, o marxismo, os institucionalismos e a economia evolucionista. Portugal, não obstante a persistência de alguns indivi-

duos com visões divergentes das hegemónicas e o relativo pluralismo ainda existente em alguns departamentos periféricos, não foi excepção à tendência geral⁴.

A coligação teórica que acabou por dominar a academia nos Estados Unidos e na Europa é o que a *The Economist* toma como «Moderna Teoria Económica». É também o que o público toma como «Economia». Até há bem pouco tempo, o espaço mediático de opinião económica era integralmente ocupado por comentadores que, sendo múltiplos em número, exprimiam uma única opinião. O público habituou-se a associar essa opinião à opinião do «economista» e esqueceu que os economistas podiam ter opiniões diferentes⁵.

A «Economia» e os «economistas» são culpados?

Quem culpar pela crise? Os meios de comunicação social sugeriram a ganância, a desregulação e os reguladores, os banqueiros, os economistas e, finalmente, a própria Economia. Feitas as contas, foram os economistas, apoiados na sua «ciência económica» e com as suas teorias do interesse próprio espontaneamente transformado em bem comum, que legitimaram a ganância e advogaram a desregulação, a privatização geral e a liberdade de movimentos dos capitais.

Mas pode uma disciplina académica, uma ciência social, ser responsável por uma crise? Que sentido faria acusar a Sociologia por uma qualquer crise social; ou a Génia Política por uma crise política? O público e os *media* são injustos quando apontam o dedo acusador à Economia e aos economistas?

Há três características da «Moderna Teoria Económica» que a tornam muito suspeita e vulnerável.

Primeira característica. A «Economia», tal como era concebida por exemplo por Milton Friedman, reclamava para si um estatuto de ciência na medida em que os seus modelos permitiam formular predições e em que essas predições resistiam ao teste da experiência. Acusar uma ciência social de ser incapaz de prever um qualquer fenómeno social é um disparate. Contudo, quando essa ciência social é a «Economia» as coisas são diferentes.

Foram os «economistas» que afirmaram a superioridade da sua ciência relativamente às outras ciências sociais com base numa suposta capacidade preditiva que lhe seria peculiar. Acusá-los de não terem previsto a crise não é uma acusação injusta.

Segunda característica. Sendo capaz de prever, a «Economia moderna» afirmava-se também capaz de controlar a economia. Até há muito pouco tempo alguns economistas acreditavam que a Economia tinha realizado feitos extraordinários: o «problema central da prevenção da depressão foi resolvido», declarou Robert Lucas, da Universidade de Chicago, em 2003⁶.

Sob o manto da neutralidade científica, os economistas envolveram-se na política e adquiriram uma influência com que nenhuma outra ciência social pode sequer sonhar. Os governos ouviam realmente os economistas e (muitas vezes contrariados) faziam o que eles lhe diziam não poder ser de outra maneira. Uma vez que os próprios economistas modernos reclamaram capacidade de controlar a economia, acusá-los de não terem sido capazes de o fazer está longe de ser injusto.

Terceira característica. Os economistas modernos tinham formulado modelos segundo os quais seria possível obter trajetórias óptimas e estáveis de crescimento desde



LÚCIA DAVID | Determinação (2010) | Galeria Trema - Arte Contemporânea | Lisboa (até 24 de Abril)

que as políticas monetárias estivessem orientadas para metas de inflação baixas e estáveis e os governos se abstivessem de interferir nos mercados. Estes modelos envolviam inaceitáveis pressupostos. Contudo, em vez de questionarem o realismo dos pressupostos, os economistas modernos advogaram transformações da realidade que os tornassem reais. Se os preços, nomeadamente os salários, eram rígidos à descida, era preciso torná-los flexíveis; se existiam barreiras ao comércio, era preciso removê-las; se os direitos de propriedade estavam mal definidos, era preciso especificá-los; se alguns mercados eram inexistentes, era preciso criá-los.



Os economistas modernos estiveram envolvidos não só na análise da economia como na construção da economia. O seu papel na concepção das inovações financeiras e da nova arquitectura dos mercados financeiros veio agora à luz do dia. O público tende a ver a economia como uma criatura dos economistas e nisto não está completamente enganado. Nestas circunstâncias, acusar os economistas modernos e a Economia moderna pela ruína da economia já não parece tão descobido.

Os futuros da Economia

O futuro da Economia como disciplina académica depende das dinâmicas de evolução das suas instituições de investigação e de ensino. Hoje é patente que na maioria dessas instituições não existem forças internas capazes de dinamizar uma mudança. Pelo contrário, a crise, passado o momento de perplexidade, parece ter dado origem a um ainda maior encolchimento formalista. As instituições são povoadas, na sua maioria, por pessoas que aprenderam a pensar como economistas modernos. Os hábitos de pensamento são pouco maleáveis, a mudança é percebida como uma ameaça. A renovação da população académica que poderia facilitar o processo está actualmente bloqueada em Portugal.

Não é portanto de esperar qualquer mudança vinda do interior dos atuais departamentos de Economia. Nestas circunstâncias, há dois cenários (não mutuamente exclusivos) a considerar.

Primeiro cenário. A perda de reputação da Economia acenta a procura de formação em Gestão e outras ciências sociais, em



detrimto da Economia. Os economistas procuram a inserção em Escolas de Gestão onde passam a prestar os seus serviços. A prazo, a economia moderna dilui-se no caldo das «Ciências da Gestão».

Segundo cenário. Indivíduos actualmente dispersos em diversos departamentos coordenam esforços conducentes à coordenação da investigação e à oferta de novos perfis de formação avançada em Economia.

Este segundo cenário pressupõe uma reflexão séria acerca da natureza do conhecimento científico sobre a economia e os modos de aprofundamento e disseminação desse conhecimento. É bem possível que este debate venha a revelar que o desenvolvimento da Economia ocorrido desde os finais do século XIX, a partir da revolução marginalista, não foi mais do que um desvio episódico do caminho percorrido pela Economia Política. É bem possível que venhamos a descobrir que a nova Economia deve recuperar características da Economia Política que a *Economist* fez esquecer: a pluralidade teórica, o diálogo transdisciplinar, a centralidade da história e das instituições, a conversação com a Filosofia Política e Moral. É por aqui que me parece valer a pena fazer caminho.

* Economista e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Este artigo resulta de trabalho e reflexão conjunta com outros investigadores do CES, nomeadamente José Reis e Vitor Neves.

1 «Where Economics Went Wrong», *The Economist*, 16 de Junho de 2009.

2 Citado em Olivier Blanchard, «The State of Macro», The National Bureau of Economic Research (NBER) Working Paper 14259, 2008. www.nber.org/papers/w14259.

3 *Ibidem*, p. 5.

4 A reconstrução deste processo em Portugal continua a ser um objecto inexplorado pelos historiadores da Economia.

5 É no entanto de sublinhar a ligeira e muito positiva alteração recente desta situação. Certamente em consequência da perda de reputação dos «economistas», a comunicação social começou recentemente a comportar-se em questões de opinião económica como habitualmente fazemos relativamente às de medicina: querem ouvir outras opiniões.

6 Citado por Paul Krugman em «How Did Economists Get It So Wrong?», *The New York Times*, 2 de Setembro de 2009.





DOSSIÉ DUAS FACES DA JUSTIÇA SOCIAL: COMBATE À CORRUPÇÃO, JUSTIÇA FISCAL

Justiça fiscal: espíritos, letras e práticas

Por JOSÉ GUILHERME GUSMÃO*

O debate sobre fiscalidade é central em toda a política económica. As fronteiras políticas são frequentemente traçadas em torno do peso da despesa ou da carga fiscal. Nada poderia ser mais enganador. Assim como na despesa as grandes fracturas se vêem nas áreas para as quais a despesa é dirigida, na política fiscal o terreno das escolhas políticas é o da distribuição do esforço pelos vários tipos de rendimento e classes sociais.

É por isso que o discurso neoliberal sobre o peso da carga fiscal em Portugal por comparação com outros países da Europa, além de ser pura e simplesmente falso, está ideologicamente viciado, porque a estatística escolhida ignora as desigualdades existentes na distribuição dessa carga. Uma política mais exigente nos resultados tem que ser mais exigente na análise.

A desigualdade na lei. O sistema fiscal português é dos que menos rendimento redistribui e isso acontece no país mais desigual da Europa a 15. Este facto deve-se ao peso relativo dos vários impostos na nossa receita e às características desses impostos. A maior parte da receita fiscal é obtida através de impostos indirectos, regressivos, como o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), cujo peso tem aumentado. A sua regressividade radica no facto de as pessoas com menores rendimentos gastarem, proporcionalmente, mais do seu rendimento em consumo. Em 2007, o peso dos impostos indirectos foi de 57 por cento, mais de metade. O único elemento de progressividade no sistema está no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), que corresponde no mesmo ano a 23 por cento da receita fiscal. (ver Quadro I)

E mesmo o IRS é, na realidade, já hoje, um imposto semidual. São várias as categorias de rendimento sujeitas a taxas especiais fora do englobamento e, portanto, fora da tributação progressiva. É também por isso que 70 por cento dos rendimentos que são cobrados em sede de IRS provêm de contribuintes cuja principal fonte de rendimento é o trabalho. Estas taxas especiais foram sendo introduzidas e são muito difíceis de eliminar, porque essa é a prática generalizada nos países desenvolvidos.

A estes buracos na progressividade do IRS acresce a situação inexplicável e indefensável da isenção das mais-valias mobiliárias quando os activos forem detidos por mais de um ano, uma das disposições mais desprovidas de sentido económico da nossa legislação. Aqui, aliás, não existe nenhum argumento internacional. A prática na esmagadora maioria dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é a tributação e, em alguns casos, através de englobamento ou com taxas extremamente pesadas.

A desigualdade fora da lei. Mas o maior cancro da fiscalidade em Portugal é a fraude e evasão fiscal. Os números são impressionantes. Estes números têm diminuído e deve salientar-se que foi feito trabalho nesta área. Mas Portugal continua a ser um dos países com maiores índices de fraude fiscal da Europa e esse facto tem consequências ao nível da receita fiscal, redistribuição de rendimentos e políticas sociais, além de provocar uma degradação da chamada moralidade fiscal e um sentimento generalizado de injustiça e impunidade.

Até porque a fraude e a evasão fiscais, tal como a carga fiscal, também se distribuem de forma desigual. Os rendimentos do trabalho são tributados com muito maior eficácia. Mas também o combate à fraude incide de forma desequilibrada. Nos últimos anos foram aprovadas medidas de tributação mínima e mecanismos de combate à fraude que produziram efeitos significativos junto de micro e pequenas empresas. Esses mecanismos, como o pagamento por conta, produziram resultados e, com alguns ajustamentos, devem ser mantidos e protegidos do populismo fiscal que começa a dominar algum debate político.

Mas a eficácia e a acutância contrastam com o constante adiamento de medidas que combatam a grande fraude fiscal. Algum progresso tem sido feito aqui, mas com um enorme atraso em relação a outras áreas. A cabeça dessas medidas está a derrogação do sigilo bancário. A nossa legislação é particularmente tímida em relação à prática na União Europeia e nada justifica que a situação actual permaneça. A esta medida têm de ser associadas, no plano nacional e internacional, iniciativas corajosas contra os maiores buracos negros fiscais e judiciais no planeta.

Os paraísos fiscais. Existe hoje um razoável consenso, pelo menos no discurso, sobre os prejuízos causados pela existência de paraísos fiscais. No entanto, as medidas necessárias continuam paralisadas à espera do consenso na comunidade internacional.

Em Portugal, o discurso é o de que não tem sentido encerrar o *off-shore* da Madeira se a decisão não for multilateral. O argumento é o de que Portugal seria prejudicado se encerrasse unilateralmente, mas é necessário demonstrar primeiro que a existência de um *off-shore* na Madeira trouxe benefícios para o país, o que até agora ninguém conseguiu.

Simplicidade. Há outros factores que determinam o carácter desigual do nosso sistema fiscal. A forma fragmentada como a legislação portuguesa tem evoluído, nomeadamente o primado das alterações avulsas sobre uma reforma fiscal corajosa e estruturante, gerou um labirinto de regimes especiais, excepções, deduções, isenções, taxas especiais e toda a espécie de regras e excepções que são, não apenas o paraíso do planeador fiscal, como (e pelos mesmos motivos) um factor de opacidade nas relações entre Estado e contribuintes e um nível acrescido de desigualdade. Um sistema complexo é um sistema em que as diferentes capacidades de leitura, compreensão e aproveitamento das possibilidades legais constituem um terreno em que os excluídos são mais excluídos e em que os privilegiados encontram o terreno mais favorável.

É por isso que a simplificação do sistema fiscal é, tendencialmente, uma política de igualdade, sobretudo quando incide sobre mecanismos e particularidades que exigem um conhecimento do sistema por parte do contribuinte. Um sistema fiscal mais simples promove a igualdade de duas formas diferentes: (1) torna mais acessíveis a todos os direitos, deveres e oportunidades que estão definidos no quadro da lei e (2) torna mais transparentes (e contestáveis) as escolhas de política fiscal, aumentando a pressão social para a introdução de mecanismos de promoção da igualdade.

A estratégia manhosa das deduções. Um dos exemplos mais perversos da opacidade do sistema fiscal é o das deduções fiscais, nomeadamente nas áreas sociais. A generalização e agravamento desta prática incentiva uma forma particularmente insidiosa de rentismo e transformou-se (em conjunto com as parcerias público-privado) no grande cavalo de Tróia da privatização de funções sociais do Estado. Esta política é insidiosa, porque o financiamento dos sistemas privados se faz indirectamente, através do apoio (ainda que parcial) aos utentes. Este desvio de receita fiscal do Estado para o financiamento de serviços privados nas áreas sociais põe em marcha um ciclo vicioso. (ver Quadro II)

A perda de receita degrada a qualidade e dificulta o acesso aos serviços públicos, empurrando os utentes com mais meios para o recurso cada vez mais frequente ao sector privado. Essa deslocação diminui a exigência dos sectores mais influentes da sociedade em relação aos serviços públicos e aumenta a pressão social para o alargamento dos benefícios aos serviços privados. E assim por diante. (ver Quadro III)

Estas deduções são muito utilizadas pelos que têm maiores rendimentos, não apenas porque têm um melhor conhecimento da legislação ou podem contratar ajuda profissional, mas também e muito simples-

mente porque têm tectos mais elevados para essas deduções. É por isso que uma das mais difíceis, mas mais necessárias, exigências para uma política fiscal à esquerda é a canalização para os serviços públicos de toda a receita fiscal para funções sociais.

Isso não quer dizer, obviamente, que não façam sentido outras deduções que introduzem incentivos ao reinvestimento, à criação de emprego ou ao investimento no interior. A verdade, no entanto, é que muitas das políticas fiscais de apoio ao crescimento se têm baseado mais em cortes cegos e indiscriminados na fiscalidade sobre as empresas ou em medidas com pouca precisão na delimitação dos destinatários e que acabam por promover sobretudo o planeamento fiscal das empresas do que as actividades que visavam apoiar¹. Uma boa política industrial exige uma mistura equilibrada de incentivos fiscais e programas públicos de apoio às empresas. A via fiscal tem sido muitas vezes a resposta preguiçosa de uma direita desconfiada em relação ao Estado.

Harmonização. Referi no início que o argumento central do discurso neoliberal sobre fiscalidade era o peso da carga fiscal, aliada à competitividade fiscal no contexto de uma economia globalizada. O problema com este argumento é que a lógica da competitividade fiscal gera uma corrida para o fundo. O regime competitivo por excelência é o regime de tributação zero (dos rendimentos de capitais, mais móveis, bem entendido). Mas o argumento também tem um problema para a esquerda. É que a competitividade fiscal existe. Mesmo que a sua importância seja grosseiramente exagerada quando se fala, por exemplo, de investimento directo estrangeiro.

Em primeiro lugar, não basta argumentar que, em teoria, tudo o resto permanecendo constante, as empresas preferem investir em países com regimes fiscais favoráveis. É preciso demonstrar que as empresas valorizam regimes fiscais favoráveis mais do que valorizam boas infra-estruturas, energia barata ou serviços públicos de qualidade. De qualquer forma, convém que a esquerda não ignore o argumento e pense as implicações que a globalização tem na fiscalidade.

A principal dessas implicações é a da necessidade de harmonização fiscal no espaço europeu. Essa necessidade é contraditória com as tentações soberanistas e exige a formulação de um caderno de encargos para um conjunto de mínimos fiscais à escala europeia.

Prioridades da agenda fiscal. Em resumo, e como se fala de agenda, tentaria definir três grandes prioridades:

1. Coragem contra a fraude – Não há segredos hoje sobre quem mais foge à tributação e quais os instrumentos que utilizam. Todos esses instrumentos estão ao alcance dos poderes públicos. Está na hora de os mobilizar.

2. Redistribuir e simplificar – Duas prioridades a buscar em conjunto. Existe hoje um discurso de «simplificação» que é dirigido contra a já tão frágil vocação distributiva do nosso sistema fiscal. A simplificação que interessa é a que combate a evasão e aproxima todos os cidadãos da plena consciência e exercício dos seus direitos e deveres.

3. Coordenar políticas fiscais no plano internacional – Esta é a mais difícil para a esquerda, porque a divide e há bons argumentos dos dois lados. Se a resposta da competitividade e da corrida para o fundo só tem boa resposta na harmonização fiscal, é verdade que a pressão cidadã, tão necessária, continua a estar muito longe das instituições que a podem implementar. Mesmo assim, não vejo como é que a esquerda poderá obter as vitórias mais significativas sem enfrentar esse desafio.

* Deputado do Bloco de Esquerda e economista.

1 Ver Nuno Teles, «Área para os olhos», blogue Ladrões de Bicicletas, 16 de Novembro de 2009. <http://ladrõesdebicicletas.blogspot.com/2009/11/area-para-os-olhos.html>.

Quadro I. Evolução das receitas fiscais e contribuições para a Segurança Social (% do PIB)

	1995	2000	2005	2007	2007-2009	DE (m=ex)
Impostos Directos	8.9%	10.6%	9.3%	10.7%	1.8	
Sobre o rendimento	8.1%	9.6%	8.2%	9.4%	1.4	
IRS	5,6%	5,7%	5,4%	5,7%	0,2	
IRC	2,4%	3,9%	2,8%	3,7%	1,3	
Imposto do selo sobre salários	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,1	
Sobre o património	0.8%	1.1%	1.1%	1.2%	0.4	
Imposto sobre sucessões e doações	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	-0,1	
IMI / Contribuição Autárquica	0,4%	0,4%	0,6%	0,6%	0,3	
IMT / Sisa	0,3%	0,6%	0,5%	0,6%	0,2	
Imposto do selo sobre transacções de imóveis	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0	
Impostos indirectos	13.3%	13.1%	14.1%	14.1%	0.8	
IVA	7,1%	8,0%	8,7%	8,8%	1,7	
Imposto sobre tabaco	0,9%	0,9%	0,8%	0,7%	-0,2	
Impostos sobre álcool e bebidas alcoólicas	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	-0,1	
Imposto sobre Produtos Petrolíferos	2,6%	1,6%	2,1%	2,0%	-0,6	
Imposto do selo (restante)	1,0%	0,8%	1,0%	1,1%	0,1	
Impostos sobre as vendas de veículos	0,8%	1,0%	0,8%	0,7%	0,0	
Outros impostos sobre veículos	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0	
Impostos alfandegários	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	-0,1	
Outros	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	0,0	
Receitas Fiscais	22.2%	23.8%	23.4%	24.7%	2.6	
Contribuições para a Segurança Social	9.7%	10.3%	11.4%	11.7%	2.0	
Total	31.9%	34.1%	34.7%	36.4%	4.6	

Fonte: INE e Cálculos próprios baseados no quadro 0900 do Sistema de Contas Europeas. Fonte elaborada pelo INE. Citado em «Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal, Competitividade, Eficiência e Justiça do Sistema Fiscal», António Carlos dos Santos e António M. Ferreira Martins (coord.), Ministério das Finanças e da Administração Pública, 3 de Outubro de 2009, p. 98 [Quadro 7].

Quadro II. Abatimentos e Deduções à Colecta em IRS (Milhões de Euros)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Taxas Crescimento Média (0)
Abatimentos:										
Pensões de Alimentos	81	93	83	122	131	141	149	155		9,8%
Deduções à colecta:										
Personalizantes	896	944	910	939	1.252	1.280	1.300	1.366		6,2%
Saúde	322	354	385	419	454	498	517	554		8,0%
Juros Habitação	314	350	375	406	431	454	445	477		6,1%
Educação	163	197	208	224	237	250	253	264		7,2%
Seguros Vida	46	51	55	63	63	68	67	71		6,5%
Seguros Saúde	7	10	18	18	22	24	28	30		21,9%

Fonte: DGCI. Citado em «Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal...», op. cit., p. 107 [Quadro 10].

Quadro III. Percentagem de despesa recuperada pelos agregados, ordenados por decis de rendimento líquido equivalente

Decis de Rendimento Líquido equivalente	1980	1990	2000
1 (mais pobre)	0%	1%	6%
2	0%	2%	7%
3	0%	5%	11%
4	0%	7%	11%
5	0%	9%	15%
6	1%	10%	18%
7	1%	15%	19%
8	1%	17%	21%
9	1%	22%	24%
10 (mais rico)	2%	27%	27%
Total nacional	1%	14%	18%

Fonte: Eugénio Rosa, «Benefícios fiscais em Portugal. Quem é mais beneficiado?», 10 de Setembro de 2009, www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documents/2009/10/40-BENEFICIOS_FISCAIS_EM_PORTUGAL.pdf.



Opinião A crise da Grécia e a falta de competitividade das exportações nacionais

O euro e a política da estagnação: uma tragédia que não é só grega

Opinião

Costas Lapavitsas*, Nuno Teles**, Eugénia Pires**

● O Governo anunciou, na semana passada, o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para os próximos quatro anos. Este pacote de medidas de austeridade é apresentado como o necessário ajustamento para cumprir os limites, arbitrariamente definidos pela UE, para as finanças públicas. Estas medidas não fornecem qualquer perspectiva de crescimento sustentável num contexto de crescente desemprego e de uma economia global estagnada. Partindo de um equivocado princípio - as privatizações conduzem a espontâneos aumentos da produtividade -, o Governo esquece que os actuais problemas da economia global impedem qualquer crescimento impulsionado pelas exportações. Assim, o cenário mais provável é o da continuação da recessão, com correspondente aumento do desemprego. Portugal, um dos países mais pobres e desiguais da UE, verá agravada a sua situação.

Com as anunciadas políticas, a elite portuguesa parece protegida dos efeitos da crise, pois retém e alarga a propriedade de sectores lucrativos, protegidos de qualquer concorrência de mercado. O peso da crise recairá novamente sobre os ombros dos trabalhadores. Esta ofensiva é quase consensual entre os economistas convencionais. Os



REUTERS/MARCELO DEL POZO

salários dos portugueses teriam crescido demasiado quando comparados com os de outros países europeus. Os custos laborais na zona euro têm, de facto, seguido percursos divergentes, conduzindo a uma progressiva perda de competitividade externa das economias periféricas. Esta divergência traduziu-se em crescentes excedentes externos de economias como a alemã, com correspondentes défices dos países do Sul da Europa. No entanto, como é sustentado no recente estudo desenvolvido pelo Research on Money and Finance (www.researchonmoneyandfinance.org), estes desequilíbrios não provêm de uma qualquer superior eficiência da economia alemã face a aumentos salariais excessivos das economias periféricas. A introdução do euro impôs uma

política monetária única, além de fortes restrições à política orçamental de cada país. Assim, o ajustamento económico fez-se através do mercado de trabalho. Impelidos pelas próprias instituições europeias, todos os países impuseram pressão sobre os salários e condições de trabalho mediante sucessivas reformas da legislação laboral. O resultado foi a perda generalizada de peso dos rendimentos do trabalho face aos do capital. O problema está no facto de a Alemanha ser campeã nesta corrida para o fundo, com custos laborais congelados nos últimos 15 anos. Porém, a política laboral alemã produziu resultados mediocres para a sua própria economia, com crescimento anémico, elevados níveis de desemprego e ganhos de produtividade quase inexistentes.

A actual crise também se deve ao sistema financeiro europeu. Com a crise de 2007-9, o Banco Central Europeu (BCE) interveio prontamente, resgatando os bancos. Volumes extraordinários de liquidez foram-lhes fornecidos, permitindo a sua recuperação. Porém, quando, em 2009, os Estados precisaram de se financiar, o BCE comportou-se de um modo diferente. Contrariamente aos bancos, os Estados-membros da zona euro enfrentaram sozinhos os mercados de capitais. Perante a complacência do BCE, o sector financeiro foi resgatado para, na primeira oportunidade, atacar quem o salvou, especulando com a dívida pública dos países periféricos. Convém, por sua vez, assinalar a crescente exposição dos bancos europeus dos países do Centro às economias do Sul, cujos défices têm sido por eles financiados. A "falência" generalizada dos países periféricos repercutir-se-ia numa segunda vaga de problemas financeiros para os bancos do Centro.

Até agora, a abordagem à crise apenas revelou a desorientação política que reina na zona do euro. Neste contexto, o nosso estudo analisa as duas saídas alternativas para a periferia. A primeira requereria a reforma profunda das instituições europeias, promovendo maior liberdade orçamental para os estados, um aumento substancial do orçamento europeu, transferências dos países ricos para os mais pobres e medidas

de protecção laboral ao nível europeu. Os restritivos estatutos do BCE seriam igualmente revistos, permitindo, por exemplo, a aquisição de dívida pública. Esta estratégia apresenta dois problemas. Primeiro, assenta-se na improvável criação de uma aliança política entre os países da zona euro. Segundo, esta opção enfraqueceria o estatuto internacional do euro enquanto reserva de valor, constituindo uma ameaça à viabilidade da união monetária.

A segunda alternativa para os países periféricos é o abandono da zona euro, que resultaria na desvalorização das moedas nacionais, reestruturação da dívida denominada em moeda estrangeira e imposição de controlos de capitais. Para proteger a economia, a banca teria de ser nacionalizada e o controlo público alargado aos sectores estratégicos. Neste contexto, uma política industrial, promotora do aumento da produtividade, seria crucial. Contudo, para evitar a armadilha da autarcia, exigir-se-ia uma difícil manutenção do acesso ao comércio internacional, tecnologia e investimento. As alternativas encontram-se ao nosso dispor, mas todas requerem uma alteração radical nos poderes sociais e políticos.

*Professor de Economia da SOAS (School of Oriental and African Studies) e investigador do Research on Money and Finance (RMF).

**Doutorandos de Economia da SOAS, investigadores do RMF.